

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DE RONDÔNIA-SFA/RO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

Relatório De Gestão Exercício de 2011

Maio/2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DE RONDÔNIA-SFA/RO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010 e da Portaria-TCU nº. 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Porto Velho, maio/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIE - Anemia Infecciosa Equina
BINAGRI -Biblioteca Nacional de Agricultura
CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CPOrg/RO – Comissão da Produção Orgânica de Rondônia
DFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP – Departamento de Fiscalização de Insumos da Pecuária
DIPOA – Departamento de Inspeção e de Produtos de Origem Animal
DDA –Divisão de Defesa Agropecuária
FFA _ Fiscal Federal Agropecuário
IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OGM - Organismos Geneticamente Modificados
OIE - Organização Internacional de Epizootias
PI – Plano Interno
PNCEBT - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
PNCRC - Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
RBQL – Rede Brasileira de Qualidade do Leite
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SFA-RO – Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia
SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária
DPDAG - Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário
SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
TFFA – Técnico de Fiscalização Federal Agropecuário
UTRA – Unidade Técnica Regional de Agricultura
UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária

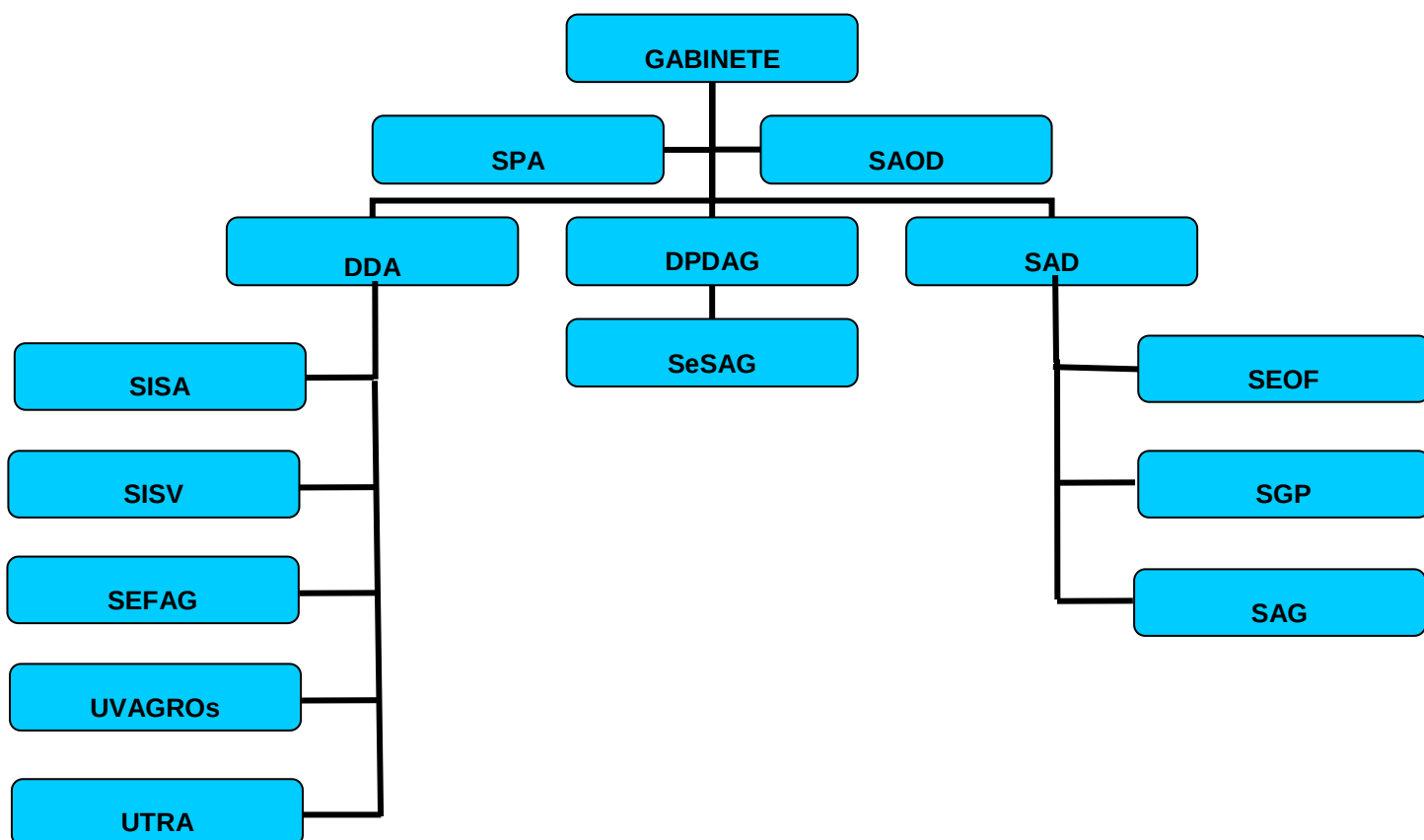
LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro	Nome	PG
01	Dados Identificadores Da Unidade Jurisdicionada	22
02	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	27
03	Movimentação Orçamentária Por Grupo De Despesa	29
04	Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação	31
05	Despesas Correntes Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação	32
06	Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação	33
07	Situação Dos Restos A Pagar De Exercícios Anteriores	75
08	Composição Do Quadro De Recursos Humanos	76
09	Situações Que Reduzem A Força De Trabalho Da UJ	77
10	Detalhamento Da Estrutura De Cargos Em Comissão E Funções Gratificadas Da UJ	78
11	Quadro Composição Do Quadro De Recursos Humanos Por Faixa Etária	78
12	Composição Do Quadro De Recursos Humanos Por Nível De Escolaridade	79
13	Quadro Composição Do Quadro De Servidores Inativos	79
14	Composição Do Quadro De Instituidores De Pensão	80
15	Composição Do Quadro De Estagiários	80
16	Contratos De Prestação De Serviços Com Locação De Mão De Obra	81
17	Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência	82
18	Resumo Dos Instrumentos Celebrados Pela UJ Nos Três Últimos Exercícios	83
19	Resumo Dos Instrumentos De Transferência Que Vigerão Em 2011 E Exercícios Seguintes	83
20	Resumo Da Prestação De Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ Na Modalidade De Convênio E De Contratos De Repasse.	84
21	Visão Geral Da Análise Das Prestações De Contas De Convênios E Contratos De Repasse	85
22	Estrutura De Controles Internos Da UJ	87
23	Gestão Ambiental E Licitações Sustentáveis	89
24	Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União	90
25	Discriminação Dos Bens Imóveis De Propriedade Da União Sob Responsabilidade Da UJ	91
26	Gestão de TI da UJ	92
27	Relatório de cumprimento das recomendações do TCU	92
28	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	93
29	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	98
30	Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	98
31	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	99
32	Declaração do Contador – Com Ressalva	102

SUMÁRIO

1- ORGANOGRAMA FUNCIONAL	5
2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: DECRETO Nº. 5.351/2005 SFA/RO	6
2.1 - Descrição Das Siglas E Funções Dos Setores Constantes Do Organograma	6
3 - INTRODUÇÃO	20
4 – IDENTIFICAÇÃO	21
4.2 - Responsabilidades Institucionais	23
4.3 - Objetivos E Prioridades Definidas Para O Exercício De 2012	25
5 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	27
5.1 - Execução Física Das Ações Realizadas Pela UJ	27
6 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	29
6.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	29
6.1.1 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	31
6.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	32
6.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	33
6.2. Indicadores Institucionais.	34
7 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	76
8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS	77
8.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	78
8.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções gratificadas da UJ	79
8.4 - Quadro Composição Do Quadro De Recursos Humanos Por Faixa Etária	79
8.5 - Composição Do Quadro De Recursos Humanos Por Nível De Escolaridade	80
8.6 - Composição Do Quadro De Servidores Inativos	80
8.7 - Composição Do Quadro De Instituidores De Pensão	81
8.8 - Composição Do Quadro De Estagiários	81
9 - Contratos De Prestação De Serviços De Limpeza E Higiene E Vigilância Ostensiva	82
10 - Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	83
11 – Estrutura De Controles Internos Da UJ	88
12 – Gestão Ambiental E Licitações Sustentáveis	89
13 – Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União	90
14 – Gestão De TI da UJ	92
15 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	92
16– modelo de declaração de inserção e atualização de dados no siasg e siconv	98
17 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	98
18 - Gestão Operacional	99
20 - Plano Estratégico Do Mapa	101
21 - Perspectiva Do Agronegócio E Parceiros E Perspectivas Da Sociedade	101
22 - Declaração do Contador – Com Ressalva	102

1- ORGANOGRAMA FUNCIONAL



2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: DECRETO Nº. 5.351/2005 SFA/RO

Superintendente - GAB (DAS 3)

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA (FG 1)

Divisão de Defesa Agropecuária – DDA (DAS 2)

Serviço de Inspeção e Saúde Animal SISA (DAS 1)

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV (DAS 1)

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários SEFAG (DAS 1)

Unidade de Vigilância Agropecuária de Porto Velho UVAGRO-PVH (FG 1)

Unidade de Vigilância Agropecuária de Guajará Mirim UVAGRO-GRM (FG 1)

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário DPDAG (DAS 2)

Serviço de Apoio Administrativo – SAD (DAS 1)

Seção de Atividades Gerais SAG (FG 1)

Seção de Execução Orçamentária e Financeira SEOF (FG 1)

Seção de Gestão de Pessoas SGP (FG 1)

Núcleo de Protocolo NPR (FG 3)

Núcleo de Manutenção Predial NMP (FG 3)

Setor de Material e Patrimônio SMP (FG 2)

Núcleo de Transportes NTR (FG 3)

2.1 - DESCRIÇÃO DAS SIGLAS E FUNÇÕES DOS SETORES CONSTANTES DO ORGANOGRAMA

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA em Rondônia é regida pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14/06/2010, na Seção 1.

Gabinete – Responsável - FFA Sidney Antônio Liberati (01/01/2011 – 27/10/2011) e José Valterlins Calaça Marcelino (28/10/2001 a 31/12/2011)

Ao Superintendente incumbe: coordenar a execução das atividades da SFA/MAPA, em consonância e respeito aos normativos técnicos, administrativos e operacionais dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA; assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados com o desenvolvimento da política agrícola traçada para a respectiva Unidade da Federação; aprovar a proposta orçamentária e financeira da SFA/MAPA, a ser encaminhada ao órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; recomendar a suspensão da transferência de recursos financeiros para órgãos e entidades conveniados, bem assim aos executores de parcerias, tendo em vista os resultados das auditorias técnico-fiscais, administrativas e financeiras realizadas; celebrar, mediante aprovação do Ministro de Estado, convênios, acordos, ajustes ou contratos com órgãos e entidades públicas ou privadas, visando à execução de atividades de competência da SFA/MAPA; celebrar Termo de Cooperação Técnica; promover: a) articulações com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, para formalização de parceria na execução de ações de interesse da SFA/MAPA; b) atividades de planejamento e acompanhamento, bem como de organização e inovação institucional, suporte e apoio operacional e divulgação institucional; praticar, como ordenador de despesas, os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos créditos orçamentários e recursos financeiros disponibilizados à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, observando as programações

específicas e autorizando as contratações, empenhos, liquidações de despesas, pagamentos e demais atos afins; assinar conjuntamente com o Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira ou da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, as autorizações de pagamento de despesas; indicar representantes da SFA/MAPA em órgãos colegiados, eventos e ações específicas no âmbito da respectiva Superintendência Federal; homologar licitação para aquisição de material ou execução de obra e serviço, inclusive autorizar a abertura e anular processo licitatório; ratificar dispensa e inexigibilidade de licitação; decidir os procedimentos administrativos relacionados às autuações efetivadas pelas Unidades de Execução Finalística, observada a instância de atuação e aplicar as sanções legais cabíveis, inclusive a penalidade de multa; suspender empresa prestadora de serviço e fornecedor de material, por inadimplência de contrato; autorizar a liberação de garantia depositada junto à SFA/MAPA; autorizar viagem e deslocamento, em proveito do serviço, de servidor público e empregado lotados na Superintendência Federal e de colaborador eventual, bem como requisitar transporte, passagem e conceder diárias; localizar e remover servidores públicos e empregados, no âmbito da SFA/MAPA, em consonância com a Chefia da unidade administrativa envolvida, comunicando imediatamente aos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA; conceder aposentadoria, pensão e licença especial; fazer publicar decisão administrativa transitada em julgado, decorrente de processo de auto de infração; receber e encaminhar ao órgão específico singular ou setorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento documentos e processos relacionados à agropecuária e à agroindústria, bem como demais matérias de competência; elaborar e apresentar: a) Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura; e b) relatório de desempenho operacional, no prazo determinado pela autoridade superior; praticar os atos administrativos relacionados às atividades de competência da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante portaria, instrução, ordem de serviço e demais atos inerentes, observada a instância de atuação e competências normativas dos órgãos específicos, singulares e setoriais do MAPA; instaurar procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua jurisdição, na forma da legislação vigente; designar e dispensar servidores para as funções gratificadas, observadas suas instâncias de competência; e ouvidas as áreas técnicas indicar servidores para os cargos em comissão, observadas suas instâncias de competência, para serem nomeados pelo Ministro de Estado.

SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento – Responsável – Domício Campos de Oliveira.

Compete à esta Seção: promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA; promover o processo de gestão operacional, com relação a internalização do Plano Plurianual; elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro; apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário; acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras e consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação –

Compete: promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e relacionamento com imprensa e promoção institucional; promover atividades de comunicação visual; auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária – Responsável – FFA Sérgio Lúcio Valadão de Miranda.

Compete: coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de: a) vigilância zoossanitária e fitossanitária; b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais; c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária; d) educação sanitária para defesa agropecuária; e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores; f) fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal; g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária; i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnico-fiscais e operacionais realizadas; j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam; k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários; implementar a operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários; manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico administrativa; participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional; programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas; coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais; planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária. Vinculado hierarquicamente ao Superintendente.

SISA - Serviço de Inspeção e Saúde Animal – Responsável – FFA Francisco Ives Tavares Pereira.

Compete: Programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal, sendo: a) vigilância sanitária e epidemiológica; b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais, produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador; d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA; e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA; f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças; g) educação sanitária; h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias; i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal; j) inquéritos epidemiológicos; e k) rastreabilidade animal; orientar e acompanhar: a) aplicação das normas sanitárias que

disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais; b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves; c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio; coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas; orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal

executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados; orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; elaborar plano operativo anual das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades; além da inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional; fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional; reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista, quando couber; apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

SISV - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – Responsável – FFA João Trajano dos Santos.

Compete - Programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal, sendo: a) vigilância fitossanitária; b) prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais; c) aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais; d) educação fitossanitária; e) fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, em articulação com o SEFIA, SIFISV e SEFAG/DDA; f) acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias; orientar e acompanhar: a) a aplicação das normas sanitárias que disciplinam: 1. importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; e 2. fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem; b) articulação para a instalação de barreiras fitossanitárias, assim como, definir as rotas para o trânsito interestadual por produto; c) emissão de certificados específicos e permissões de trânsito; d) análise e instrução de processo de credenciamento de: profissional, sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades fitossanitárias, bem como proceder ao específico cadastramento; e centro colaborador e estação quarentenária; e) cadastro, habilitação e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para

execução de atividades de sanidade vegetal; f) atividades de defesa fitossanitária executadas pelos profissionais credenciados, e g) apoio técnico para estabelecimento de áreas e locais livres de pragas, áreas de baixa prevalência de pragas e sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas; orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de: a) acordos bilaterais referentes aos programas de exportação; e b) convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal; cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação cancelados pelo MAPA; promover a execução de campanha fitossanitária; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às suas atividades; elaborar plano operativo anual das ações de sanidade vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Sanidade Vegetal, da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal; b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional; c) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; d) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; orientar, acompanhar e auditar: a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico; emitir pareceres e proceder aos registros de: a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos; b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal; c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal; colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes; opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal; subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura,

Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência; subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

SEFAG - Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – Responsável – FFA Rivaldo Elias Koury Goes.

Compete: programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas, relativos à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário; à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal; à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal; à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial; emitir pareceres para registros de: a) estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal, e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações de licenças quando couber; b) produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações das licenças, quando couber; proceder à investigação em estabelecimentos rurais que cometem violações ao uso de drogas e substâncias controladas e monitoradas em produtos de origem animal; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; coletar, processar e manter as informações relativas às atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal; analisar pedidos e autorizar as importações e exportações de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, quando couber; expedir Declaração de Conformidade para exportação de produtos destinados à alimentação animal, com vistas à emissão de certificado sanitário internacional ou certificado fitossanitário pelo SVA/DDA, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador; expedir Declaração de Livre Venda para exportação de produtos destinados à alimentação animal, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador; elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos pecuários, conforme orientação técnica da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas; acompanhar e realizar auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; além de programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à: a) produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins; b) produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes; c) produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas; e d) pesquisa, produção, utilização, comercialização e importação de organismo geneticamente modificado, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA; inscrever, no Registro Nacional de Sementes e Mudas RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, reembalagem, armazenamento e comércio de sementes e mudas; credenciar, junto ao RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas para exercerem as

atividades de responsável técnico, entidade de certificação de sementes e mudas, certificador de sementes ou mudas de produção própria, laboratório de análise de sementes e mudas e de amostrador de sementes e mudas; emitir pareceres e proceder aos registros de: a) estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e exportadores de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; b) produtos fertilizantes, corretivos e inoculantes; cadastrar empresas fornecedoras de matérias-primas para a fabricação de produtos e as prestadoras de serviços de acondicionamento, armazenamento e de análises laboratoriais de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; autorizar as importações e exportações de insumos agrícolas quando couber; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas e operacionais das atividades de fiscalização de insumos agrícolas desempenhadas junto aos: a) estabelecimentos que produzem, importam e exportam agrotóxicos e afins; b) estabelecimentos que produzem, comercializam, importam e exportam fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e aos prestadores de serviços de acondicionamento e armazenamento desses produtos; e c) pessoas físicas e jurídicas que produzem, beneficiam, certificam, embalam, armazenam e comercializam sementes e mudas; coletar, processar e manter os dados quantitativos ou qualitativos dos sistemas de informações relativos às atividades de fiscalização; elaborar plano operativo anual de fiscalização de insumos agrícolas, conforme orientação técnica da SDA/MAPA; gerenciar as programações orçamentárias gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas; acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão Anual da SFA/MAPA. Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária – Existem duas Uvagos em Rondônia, localizadas em Porto Velho, no Aeroporto Internacional Jorge Teixeira de Oliveira, cujo responsável é o FFA Gilberto Carvalho de Castro e em Guajará Mirim, cujo responsável é o FFA Luis Fernando Mena Diehl. Estas unidades são subordinadas a DDA/SFA/RO.

Compete: executar as atividades de fiscalização agropecuária, procedendo: a) realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação; b) inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de fertilizantes, de corretivos, de inoculantes, de sementes e mudas e de vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; c) inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente; examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional; aplicar medidas de: a) desinfecção e desinfestação em animais e vegetais e partes de vegetais, de seus produtos e derivados de origens animal e vegetal, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e b) apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças e de pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional; expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de

multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados; coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial, para fins de desembaraço aduaneiro e liberação para entrada no País; análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação; propor quarentena agropecuária, na forma definida; realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários importados; elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; e providenciar execução de atividades de apoio administrativo requeridas para o desempenho operacional da Unidade Descentralizada, consoante orientações da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, da SFA/MAPA.

Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

UTRA - Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Em Rondônia existem duas UTRAs, ainda não oficializadas e quatro Escritórios Regionais. Essas Unidades estão subordinadas a DDA/SFA/RO. Os Chefes dessas Unidades são todos Fiscais Federais Agropecuários.

Compete: executar as atividades de defesa agropecuária, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Defesa Agropecuária, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Defesa Agropecuária; executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário; executar as atividades de administração geral no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções oriundas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria Executiva e sob a coordenação da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, especificamente de: a) controle de frequência e férias de servidores; b) encaminhamento de documentos necessários aos registros funcionais; c) administração de material e patrimônio; d) transporte; e) comunicações administrativas; f) vigilância, zeladoria e demais atividades auxiliares; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da SFA/MAPA.

Vinculado hierarquicamente ao DDA/SFA/RO.

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – Responsável – Sebastião Ferreira Farias.

Compete: promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial: a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em: 1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e 2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio; b) proteção de cultivares; c) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos; d) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária; e) sistemas agropecuários de produção integrada; f) proteção, manejo e conservação do solo e da água; g) cooperativismo e associativismo rural; h) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia; i) infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária; j) fomento agropecuário sustentável, inclusive da heveicultura; k) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização; agricultura irrigada; m) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas; n) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais; o) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico; p) sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta; q) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária; r) florestas plantadas; s) exposições,

leilões, feiras agropecuárias; e t) agricultura de precisão; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas; orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com: a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas; b) competições e demais atividades turfísticas e hípias; c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; g) mecanização e aviação agrícola; estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:

a) cooperativas e instituições associativas rurais; b) cadeias produtivas do agronegócio; c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária; promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários; executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de: a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária; implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação; implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para: a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA; b) cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia; c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas; d) crédito rural; e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO; f) estoques públicos; g) segurança alimentar; e h) promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional; promover levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na

Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário; participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas; instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais; elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA; executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas; promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência; consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência; e propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.

Executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e biocombustíveis, para obter informações de produção e comercialização quando demandadas pela Secretaria de Produção e Agroenergia. Vinculado hierarquicamente ao Superintendente.

SeSAG - Seção de Suporte Agropecuário.

Compete - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências referidas no artigo anterior e especificamente em:

a) elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário; b) promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; e c) planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Vinculado hierarquicamente ao DPDAG/SFA/RO.

SAD - Serviço de Apoio Administrativo – Responsável – Marlene Maia de Castro.

Compete: coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais; orientar e acompanhar: a) procedimentos licitatórios; b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias; c) alienação de bens móveis; d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e e) atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA; propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou a Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa; programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação; coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao Pregoeiro no âmbito da SFA/MAPA, especialmente de: a) providências para publicação de avisos de licitações e de outros eventos previstos em lei; b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas comparativos; c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente; e d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos; elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços; acompanhar: a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF; b) compra; e c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras; manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente, bem como dos serviços prestados; promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao Superintendente.

SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira – Responsável – Elizabete Casara.

Compete: processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal; efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal ou Superintendente e controlar a respectiva prestação de contas; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria; analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de

contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; verificar e registrar a conformidade de gestão; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAD.

SGP - Seção de Gestão de Pessoas – Responsável – Francisco das Chagas de Almeida.

Compete - promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA; orientar a execução das atividades de: a) registros funcionais; b) preparo de pagamento de pessoal; c) concessões de: 1. férias, licenças e aposentadorias; 2. benefícios sociais e assistenciais; e 3. exames médicos periódicos. providenciar a realização de perícia médica; controlar as atividades dos estagiários; identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA, cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas; providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares; prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAD.

SAG - Seção de Atividades Gerais – Responsável – Carlos Ribeiro de Oliveira.

Compete: promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas; programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços; promover: a) operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente; b) ações relacionadas à funcionalidade do Sistema - SIGID; administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAD.

NMAP - Núcleo de Manutenção Predial – Responsável – Ernesto Lopes Pinheiro Sinos.

Compete: acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoriar as condições de: a) infraestrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais; e b) instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios; instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

SCC - Setor de Compras e Contratos – Carlos Ribeiro de Oliveira.

Compete: promover: a) apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA; b) providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; controlar: a) prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas; b) recebimento e guarda dos documentos de garantia, fornecidos pelos contratados; e c) estudos de viabilidade de prorrogações de prazos de entrega de material e de execução de serviço e obra; operar o Sistema Integrado de Registro de Preços, no que se refere ao processamento dos registros referentes às compras e contratações; fornecer subsídios para a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços; cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais e da prestação de serviços; propor: a) aplicação de penalidades em casos de inadimplência e de descumprimento de obrigações contratuais; b) designações e substituições de servidores para o exercício do encargo de fiscal de contrato, prestando informações pertinentes; receber, analisar e instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços, bem como para demais alterações contratuais; acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços, analisando as condições técnico-administrativas das execuções, face à viabilidade legal de prorrogação; elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres; solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações, bem como providenciar assinatura dos termos contratuais; providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG; elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

SMP - Setor de Material e Patrimônio – Responsável – Jean Elaine Silva.

Compete: controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; proceder à redistribuição de bens de consumo; manter: a) documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada; b) registros, bem como guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição; proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdictionados à Superintendência Federal, junto aos órgãos competentes; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

NPR – Núcleo de Protocolo – Responsável – Sêrgia Ferreira Lima.

Compete: receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

NTR – Núcleo de Transporte - Responsável – Francisco Vitaliano Soares.

Compete: manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionados aos veículos; detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos PAAV, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal. Vinculado hierarquicamente ao SAG/SAD.

AUTORIDADES DO MAPA

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho

Chefe de Gabinete do Ministro

Aluizio Davis Neto

Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica

Derli Dossa

Secretário Executivo

José Carlos Vaz

Secretaria de Defesa Agropecuária

Ênio Antônio Marques Pereira

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Erikson Camargo Chandoha

Secretaria de Política Agrícola

Caio Tibério Dornelles da Rocha

Secretário de Produção e Agroenergia

José Gerardo Fontelles

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Célio Brovino Porto

Coordenador das Superintendências do MAPA

Estela Alves Medeiros/Luiz Cheguri Neto

TITULARES DA SFA/RO

Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia

FFA – Sidney Antonio Liberati / José Valterlins Calaça Marcelino

Assessoria de Gabinete

Simone Cassupá de Souza

Seção de Planejamento e Acompanhamento

TFFA – Domicio Campos Oliveira

Serviço de Apoio Administrativo

Ag. Adm. – Marlene Maia de Castro

Divisão de Defesa Agropecuária

FFA – Sérgio Lúcio Valadão de Miranda

Serviço de Fiscalização Agropecuária

FFA – Rivaldo Elias Koury Góes

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

FFA – Sebastião Ferreira Farias

Serviço de Inspeção e Saúde Animal

FFA – Francisco Ives Tavares

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal

FFA João Trajano dos Santos

Seção de Execução Orçamentária e Financeira

Ag. Adm. – Elizabete Casara

Seção de Gestão de Pessoas

Ag. Adm. - Maria das Graças Guillen

Seção de Atividades Gerais

TFFA – Carlos Ribeiro de Oliveira

Núcleo de Transporte

Motorista – Francisco Vitaliano

Setor de Material E Patrimônio

Ag. Adm. – Jean Elaine Silva

Núcleo de Protocolo

Ag. Port. - Sérgia Ferreira Lima

Núcleo de Manutenção Predial

Ernesto Lopes Pinheiro Sinos

Setor de Compras e Contratos

Carlos Ribeiro de Oliveira

Escritório Regional de Agricultura em Ariquemes

FFA – João Carlos de Araújo Aranha

Escritório Regional de Agricultura em Cacoal

FFA – Nestor Kannenberg

Escritório Regional de Agricultura em Ji-Paraná

FFA – Ângelo José de Oliveira

Escritório Regional de Agricultura em Ouro Preto D’oeste

FFA - Anna Karina Viegas

Escritório Regional de Agricultura em Rolim de Moura

FFA – Maurício Yoshikazu Kato

Escritório Regional de Agricultura em Vilhena

FFA - Fernando José Soares Pinto

Unidade de Vigilância Agropecuária de Guajará Mirim

FFA – Luiz Fernando Mena Diehl

Unidade de Vigilância Agropecuária de Porto Velho

FFA – Gilberto Carvalho de Castro

3 - INTRODUÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA-RO, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, seguiu para a elaboração do relatório de gestão do exercício de 2011 as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, publicada em 06.09.2010, Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, Portaria CGU nº 123, de 12 de maio de 2011, Portaria CGU nº 2456, de 27 de dezembro de 2010 e Norma de Execução nº 02 de 27 de dezembro de 2010.

Os Programas do PPA 2007 - 2011 e respectivas Ações foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho Internos e de acordo com as informações registradas no PPA.

Para os 08 (oito) programas sob a responsabilidade desta SFA/RO, foram provisionados R\$ 2.222.476,31, sendo empenhados R\$ 2.072.670,65, liquidados R\$ 2.047.044,79 e pagos R\$ 1.250.691,78, restando de saldo ao final de 2011 o valor de R\$ 291.049,66, conforme dados retirados do SIAFI GERENCIAL.

As informações estão estruturadas de acordo com o Anexo II da DN-TCU nº 108, de 2010, com apresentação por item, nos termos das Partes A, B e, quando cabível, da Parte C do mencionado Anexo.

Com relação a Parte A do Anexo II da DN-TCU nº 108, de 2010, informamos que a SFA/RO, no caso do item 3, não registrou passivo por insuficiência de créditos ou recursos em 2011; no caso do item 13 a SFA/RO não utilizou cartões de pagamento do governo federal para compras e serviços, e não há também que se falar em renúncia tributária, no tocante ao item 14, considerando a natureza jurídica da SFA/RO. Logo, tais itens não aparecerão no corpo do Relatório.

Apesar de se aplicarem à natureza deste Órgão, os quadros referenciados pela Portaria-TCU nº 123, de 2011, tais como A.2.1, A.2.3, A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.8, A.2.9, , A.2.10, A.11.2, A.14.1, A.14.2, A.14.3, A.14.4, , A.13.1, A.13.2, não foram apresentados no Relatório por tratarem de situações não ocorridas no exercício, respectivamente, por esta UJ não gerenciar programas de Governo(qd. A.2.1), de créditos relativos a despesas de capital recebidos pela SFA/RO por movimentação, bem como, itens que não se aplicam a por não serem de nossa natureza jurídica, com relação aos itens A.5.9, A.5.10, A.5.11, informamos que não houve contratação de terceirizados e nem tampouco substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados, de autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados, houve instrumentos de transferência pactuados em 2010 com vigência em 2011 e que vigoram em 2012 e exercícios seguintes, não ocorrendo análise de prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

4 – IDENTIFICAÇÃO

O Ministério da Agricultura, originalmente denominado Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado no século XIX por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do Decreto Imperial nº 1067 de 28 de julho de 1860, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império. A estrutura organizacional da Secretaria de Negócios da Agricultura perdurou por 32 anos, quando então no início do Regime Republicano foi extinta e suas atribuições absorvidas pelo Ministério da

Indústria, Viação e Obras Públicas, com fulcro no disposto no Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892. Pelo disposto em referido diploma legal os assuntos da Agricultura ficaram obscuramente afetos à 2ª Secção da 3ª Diretoria daquele Ministério. Pelo Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930, passou o Ministério da Agricultura a compor a estrutura governamental da República, sendo-lhe atribuído, de direito, no cenário nacional, a proeminência político-econômica devidas.

Em síntese, as competências e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura permaneceram inalteradas por 50 anos, quando na década de 1980 lhe foram excluídas da competência os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros.

Posteriormente em 15 de março de 1990 com a promulgação da Medida Provisória 150, convertida na Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990, que dispôs sobre a "reorganização e funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", foi criada uma nova Pasta da Agricultura, a qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, a exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas as ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação. Após 1990, em razão das competências que lhe foram sendo ou não conferidas, a denominação e a estrutura organizacional da Pasta da Agricultura foram sendo adequadas, tais como: Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001, incorpora em seu nome a designação pecuária, passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento, inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balança Comercial do País. Quando da edição da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, depois convertida na Lei nº. 10.683, de 28 de maio deste mesmo ano, fica mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo-lhe, no entanto, retirados os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.

4.1.PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1.1 - CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

4.1.1.1 - DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA:

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Quadro 1- Dados identificadores da unidade jurisdicionada Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia			
Denominação abreviada: SFA/RO			
Código SIORG: 14	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130083
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Agricultura			Código CNAE: 0161-9
Telefones/Fax de contato:	(069) 3901- 5601	(069)3901-5603	(069)3901-5620
Endereço eletrônico: gab-ro@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			

Endereço Postal: BR 364, Km 5,5 CEP 76.815.800, Porto Velho - Rondônia	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Decreto n° 19.448 , de 3 de dezembro de 1930, Decreto n° 5.351, de 21 de janeiro de 2005.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Portaria no. 428, de 09/06/2010, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010 - Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
A SFA/RO utiliza os manuais técnicos elaborados pelo MAPA, por meio do site http://www.agricultura.gov.br	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130000	000001

4.2 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Apresentamos nesta ocasião o RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 da SFA/RO, em cumprimento ao que estabelece a Instrução Normativa TCU n° 63, de 01 de setembro de 2010, publicada em 06.09.2010, Decisão Normativa TCU n° 108, de 24 de novembro de 2010, Decisão Normativa TCU n° 110, de 01 de dezembro de 2010, Portaria CGU n° 123, de 12 de maio de 2011, Portaria CGU n° 2456, de 27 de dezembro de 2010 e Norma de Execução n° 03 de 27 de dezembro de 2010, com o objetivo de mostrar o cenário da agricultura e pecuária no Estado de Rondônia, principalmente, o serviço do Governo Federal no controle de doenças de animais e pragas dos vegetais nas fronteiras do País com a Bolívia, onde nossa meta maior é o combate a febre aftosa e fiscalizações dos frigoríficos do nosso Estado, visando apresentar á sociedade brasileira uma carne sadia e outros produtos de primeira qualidade, como o leite. Estamos aplicando recursos do Governo Federal na compra de equipamentos que nos dão condições de exercer uma melhor fiscalização nas fronteiras e no estado como um todo. Aderimos a parcerias com outros órgãos do governo estadual ligados a Agricultura, onde juntos estamos impedindo a entrada de animais (bovinos ou bubalinos) doentes em nosso Estado. Assim, coloco á disposição dos contribuintes, interessados, demais gestores da pasta, órgãos controladores e fiscalizadores, internos e externos, os resultados dos Programas que têm Ações / Planos Internos – PIs do PLANO PLURIANUAL – PPA 2008-2011, desenvolvidos pela Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO, oportunizando desta forma para uma análise crítica não somente da Unidade Executora das ações, mas, e principalmente, de todos segmentos da sociedade. Visa também: relatar nossos trabalhos durante o exercício de 2011; as ações planejadas; as metas executadas; recursos liquidados; entraves encontrados à execução das metas e demonstra com transparência nosso desempenho em favor da comunidade, produtor rural, empresários e consumidores de forma geral.

Face ao que será relatado, temos a convicção de que buscamos desempenhar bem o papel constitucional, institucional e funcional reservado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em nosso estado.

4.2.1 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais – RO.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA – RO, órgão descentralizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA tem suas atribuições definidas pela Portaria de no. 428, de 09/06/2010. Desenvolve suas atividades de defesa sanitária agropecuária, de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, cooperativismo e ao associativismo rural, abrangendo todo o estado de Rondônia.

Em 2011 a SFA/RO recebeu recursos para executar as suas atividades, porém, em função de contingenciamento, estes foram reduzidos, mas sem comprometer de forma grave a execução das ações desenvolvidas pelos diversos setores. Com relação aos recursos do convênio entre o MAPA e a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia – IDARON, especificamente da área animal, foi descentralizado financeiramente, podendo ser, desta forma, repassado àquele órgão para as ações de combate a febre aftosa no Estado de Rondônia.

O que reduziu, apesar dos esforços da equipe dirigente, a execução das ações programadas foi a falta de Fiscais Federais Agropecuários nas diversas áreas de atuação, o que só deverá ser normalizado quando da realização pelo órgão central de concurso público.

A carência de mão-de-obra, tanto administrativa quanto especializada, ou técnica, provocou em 2011 sérios problemas de execução de atividades na Superintendência, uma vez que setores ficaram restritos a um ou dois servidores para funcionarem, quando o ideal seria, no mínimo, cinco ou seis servidores, havendo, inclusive, a necessidade de se trazer servidores dos Escritórios Regionais do interior do estado para auxiliarem nas ações, principalmente na área administrativa e financeira.

Visando cumprir o que havia sido programado, houve um esforço na realização de ações regulares de fiscalização e supervisão nas áreas de atuação da SFA/RO, como inspeção de carne e leite e seus derivados, sementes e mudas, produção e comercialização de alimentos para animais, medicamentos de uso veterinário e fertilizantes e corretivos e supervisão de repasse de recursos, entre outras.

4.2.2 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

4.2.2.1. Antecedentes:

Nos últimos 100 (cem) anos o mundo passou por grandes transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que impactaram profundamente a população mundial e sua distribuição, assim como os hábitos, valores e crenças das pessoas em geral e os alimentares mais especificamente. Tais modificações trouxeram grandes desafios para o agronegócio mundial e para a agricultura brasileira, que soube se adaptar, passando a ofertar produtos diversos e em grandes quantidades para atender às demandas mundiais. A velocidade e a frequência das mudanças sociais intensificaram-se fazendo com que o agronegócio brasileiro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA buscassem soluções abrangentes para se alinhar aos novos cenários brasileiros e mundiais. Assim, o MAPA iniciou em 2004 amplo diálogo com o setor agrícola, visando gerar soluções democráticas e consensuadas culminando com a criação de várias Câmaras Setoriais e por outro lado era preciso adequar a organização às mudanças do ambiente externo. Então o MAPA iniciou uma reestruturação organizacional, resultado de amplo processo de consulta interna e externa, envolvendo lideranças

do Ministério e segmentos significativos do agronegócio, como também realizou diagnóstico de auto-avaliação, baseado no modelo de excelência em Gestão Pública – GESPÚBLICA.

4.2.2.2. Processo de Gestão Estratégica do MAPA:

Como consequência desse processo, evidenciou-se a necessidade de promover o aperfeiçoamento da gestão operacional propriamente dita e se buscar a implantação de um processo de gestão estratégica, visando garantir que o MAPA estivesse olhando para o futuro e se estruturasse para dar respostas às demandas de curto, médio e longo prazo dos diversos públicos de interesse e da sociedade em geral.

O Ministério iniciou a construção e implementação da gestão estratégica no final de 2005, na gestão do Ministro Roberto Rodrigues, de forma participativa e com a presença efetiva do ministro anterior, justamente com a alta administração do Ministério e representação por região das SFAs, na construção do Mapa Estratégico do MAPA, fundamentado no “Balanced Score Card-BSC”, com foco na missão institucional para alcance da visão de futuro, pré-estabelecida para 2015.

Visando consolidar a estratégia, o MAPA alinhou o PPA 2008-2011 com as suas estratégias, tanto no que se refere aos objetivos setoriais do PPA do MAPA como também as 23 Iniciativas Estratégicas, de modo a garantir sua execução até pelo menos 2011.

4.2.2.3. Desdobramento da Gestão Estratégica do MAPA na SFA-RO:

A partir de 2008 iniciou-se o desdobramento das estratégias nas SFAs/MAPA, primeiro nas dez maiores e somente em 2009 nas demais Unidades, por meio da capacitação de pessoas nessas Superintendências Federais para avaliação da gestão, de forma estratégica, numa primeira fase, vindo em seguida a avaliação dos Resultados Estratégicos.

Na SFA-RO/MAPA, foi instituída a Comissão ou Comitê de Gestão Estratégica, instância essencial que se responsabilizaria pela implementação do Processo de Gestão Estratégica do MAPA na Superintendência. Há que lembrar que dos 23 Objetivos Estratégicos que constituem o Mapa Estratégico do MAPA, apenas 15 deles são pertinentes às SFAs/MAPA, onde desses, apenas 10 são identificados com a SFA-RO/MAPA.

A ação estratégica prática que mantém a Unidade informada e integrada às demais coirmãs do MAPA, bem como o assunto atualizado no âmbito das áreas técnicas/administrativas da instituição, em 2011 é resultante do trabalho integrado dos demais servidores com o Interlocutor de Gestão Estratégica, personagem criado pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA, que gerencia o processo, para que faça a interlocução ou elo entre a SFA e a AGE nas temáticas relacionadas a nivelamento de informações e na execução do desdobramento das estratégias em cada unidade gestora.

Os resultados estratégicos estão alinhados com os programas de governo e respectivas ações trabalhadas pelos diversos serviços e setores das áreas técnica e administrativa da Superintendência e onde cada resultado estratégico é desdobrado em tarefas e sub-tarefas. Apresenta, ainda, os indicadores de desempenho do processo, da sub-tarefa em nível de atividade e é avaliado com base no status convencionado.

Em 2011, a SFA-RO/MAPA, realizou a primeira reunião preliminar de preparo a execução de sua RAE – Relatório de Análise Estratégica, que por dificuldades operacionais como reformas na Unidade e pelas carências e limitações de quantitativo de pessoal, ainda não foi possível se concluir a realização da primeira RAE da SFA-RO/MAPA, mas tudo e todos estão prontos para este momento.

Foram, também, treinados e capacitadas pessoas nas diversas áreas estratégicas da Unidade, bem como realizada e concluída a ^a Pesquisa sobre Conhecimento Gerencial da Gestão Estratégica por Parte da Gerência Média do MAPA, com resultados satisfatórios. Da mesma forma foram treinadas e capacitadas pela instância competente da SFA-RO/MAPA, pessoas por meio do processo do Mapa de Aprendizagem, para que melhor entendam e possam localizar-se no âmbito do processo de Gestão Estratégica do MAPA.

4.3 - OBJETIVOS E PRIORIDADES DEFINIDAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012

Dentre os objetivos da representação do Ministério da: Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA em Rondônia – SFA/RO, tem – se que o do Serviço de Fiscalização dos Insumos Agropecuários é executar as atividades de credenciamento e fiscalização dos estabelecimentos que produzem e comercializam, importam e exportam produtos e insumos agropecuários como sementes, mudas, fertilizantes, corretivos, inoculantes, agrotóxicos, material genético animal, produtos veterinários, sal mineral e alimentos para animais. Todas estas atividades têm como objetivo fazer com que o consumidor final adquira produtos e serviços com segurança e qualidade.

A prioridade neste ano é para a exportação de carne no Estado de Rondônia, para isto estamos ampliando as fiscalizações nos frigoríficos, que já estão aptos tecnicamente a exportar carne para qualquer nação, para isto mantém-se parcerias com órgão do governo estadual e recebemos incentivos nas fiscalizações dos nossos rebanhos. Estas atividades são executadas pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal, que, também, é o responsável pela fiscalização da indústria de lácteos, mel e derivados, aves e suínos, sempre procurando fazer com que os alimentos que sejam ofertados aos consumidores sejam de qualidade.

Também desejamos elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

Na área de defesa sanitária vegetal é realizada supervisão às ações desenvolvidas pelo Órgão de Defesa Vegetal, no tocante a produção, fiscalizações do trânsito de vegetais, suas partes e produtos, em postos fixos e volantes, bem como monitoramento de pragas dos vegetais, como a Mosca da Carambola. Além destas ações são realizadas fiscalizações nas indústrias e comércio de bebidas e de produtos de origem vegetal, como arroz, milho, feijão e café, principalmente, sendo realizada, neste último caso, a classificação destes produtos. É desenvolvida, também, a fiscalização de expurgo e fumigação em madeira e paletes de madeira que são exportados.

Uma ação importante para se evitar a entrada e disseminação de pragas dos vegetais e doenças dos animais em nosso estado e país e controlar a saída de produtos de origem agropecuária do país, é a vigilância agropecuária realizada na fronteira do estado e em Porto Velho.

No tocante a política e desenvolvimento agropecuário, a SFA/RO desenvolve ações nas áreas de agricultura orgânica, cadastro de empresas de leilão e de feiras e exposições agropecuárias, análise de projetos de emendas parlamentares, bem como realiza fiscalização em aviação agrícola.

Assim, nosso objetivo maior é oferecer segurança para a população dos produtos por nós fiscalizados, contribuindo para o crescimento do agronegócio estadual e brasileiro.

5. - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

5.1 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Quadro 2 - Execução Física Das Ações Realizadas Pela Uj

QUADRO 2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	0356	8938	A	3	Inspeção	81	81	81
20	125	0356	4745	A	3	Fiscalização	3	1	3
20	125	0356	4746	A	3	Tonelada	300	705	400
20	125	0356	8939	A	3	Inspeção	50	40	50
20	125	0357	4842	A	3	Supervisão	30	29	30
20	125	0357	8658	A	3	Certificação	03	03	01
20	125	0357	8658	A	3	Supervisão	82	69	75
20	125	0357	8572	A	3	Hectare	80.00	80.00	80.00
20	125	0357	4738	A	3	Hectare	23.757.617	23.757.617	23.757.617
20	125	0357	2134	A	3	Unidade	11.000	11.357	12.000
20	125	0357	2180	A	3	Fiscalização	45.947	24.138	29.570
20	125	0357	2181	A	3	Fiscalização	50.000	23.434	33.000
20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização	0	0	00,00
20	125	0375	2141	A	3	Fiscalização	40	60	150,00
20	125	0375	2124	A	3	Fiscalização	63	57	90,00
20	125	0375	2019	A	3	Fiscalização	6	6	100,00
20	125	0375	2140	A	3	Fiscalização	124	83	66,94
20	125	0375	2177	A	3	Fiscalização	02	02	100
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização	103	123	119,00
20	125	1426	8606	A	3	Unidade P/B	350	4.191	3.500
20	125	1442	8593	A	3	UnidadeP/B	350	4.191	3.500
20	125	1442	4720	A	3	Unid.Cont.	-	-	-

Análise Crítica : A pujança do agronegócio no estado predispõe o aumento circunstanciado do número de estabelecimentos fiscalizados, demandando sobremaneira o escasso corpo técnico deste Serviço. Outro fator limitante é o corte orçamentário realizado pela casa civil da Presidência da República. Desta forma, as ações de fiscalização, implantação dos programas de autocontrole, inclusão de todos os estabelecimentos de fiscalização periódica no PNCRC e, especialmente o APPCC, ficaram comprometidas principalmente em virtude da priorização das ações de supervisão e atendimento às demandas externas (MPF, MPE, MJ, PF, etc.).

Com relação as ações relacionadas ao Programa Segurança da Sanidade Agropecuária, no que concerne a Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Vegetais, seus produtos e insumos, a partir de junho de 2010, com a edição da Portaria no. 428, de 09/06/2010, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010, o VIGIAGRO-RO passou a ser executado sobre a supervisão da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA/RO, em duas Unidades de Vigilância Agropecuárias - UVAGROs, localizadas em Guajará Mirim e Porto Velho, neste estado de Rondônia, e tem entre seus principais objetivos padronizar e harmonizar os

procedimentos de fiscalização agropecuária nos pontos de ingresso e egresso alfandegados e impedir a entrada no Brasil de pragas dos vegetais e doenças dos animais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitozoossanidade e a qualidade dos produtos exportados. As principais atividades desenvolvidas nas unidades de vigilância agropecuária internacional em Rondônia podem assim ser resumidas: realização de exames de animais; inspeção de produtos agropecuários, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens, produtos para alimentação animal, sementes, exame de bagagens de passageiros em trânsito internacional; aplicação de medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, parte de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens; expedição de certificados sanitários para trânsito internacional; e análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, conforme legislação vigente. Tendo em vista a importância das ações desenvolvidas nas UVAGROs, deve-se procurar atender as seguintes necessidades: número insuficiente de FFAs e pessoal de apoio técnico; a unidade de Porto Velho necessita ter a infraestrutura regularizada pelo administrador do recinto alfandegado (Infraero); falta de harmonização dos procedimentos adotados pela Receita Federal e o MAPA, principalmente na fiscalização no porto de Guajará Mirim e a falta de utilização de critérios de fiscalização que levem em consideração o risco fitozoossanitário, no caso da fiscalização de bagagens no terminal de passageiros em Guajará Mirim. Houve por parte da Receita Federal do Brasil em Guajará Mirim a instalação e operacionalização de um escaner, o que auxiliou bastante nas ações de fiscalização. Os treinamentos para o pessoal técnico da Uvagro de Guajará Mirim, programados para o quarto trimestre do ano, não ocorreram, em virtude de o responsável do setor estar de licença médica naquela ocasião, porém foram realizadas orientações técnicas, sobre legislação, formas de abordagem, etc., aos mesmos pelos FFAs do local. Os valores de execução física acima registrados são do previsto inicial (LOA), porém os valores previstos corrigidos foram: para a Ação 2180, 36.300 e para a Ação 2181, 32.500, o que resulta em um percentual maior de execução na ordem de 66,39% e 72,10%, respectivamente. Assim, apesar do exposto, o ano foi positivo, havendo disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para a aquisição de materiais e o desenvolvimento das ações.

6 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Obs : A SFA/RO não é uma Unidade Orçamentária, portanto não ocorreu o preenchimento do quadro A.2.3 da Portaria TCU 123/2011.

6.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 3

QUADRO 3 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ				
	Recebidos SE	130083	SAD			
			22101.20.122.0750.4716 Apoio Administrativo MANUTSFAS		619.055,73	
			TOTAL SE		619.055,73	
	Recebidos SDC	130083	DPDAG			
			22101.20.125.1442.4720 CERTOGAN		3.775,51	
			22101.20.122.6003.2B17 FISCONTRATO		3.711,88	
			22101.20.605.6003.8611 APPRODUTOR		16.558,81	
			TOTAL SDC		24.046,20	
	Recebidos SDA	130083	SISA			
			22101.20.604.0357.4842 FEBREAFTOS		79.325,51	
			22101.20.604.0357.2181 FISCANIMAL2		12.038,54	
			22101.20.604.0357.8658 PCEANIMAL		9.163,08	
			22101.20.125.0356.8938 INSPANIMAL3		215.796,97	

			22101.20.665.0356.4723 RESIDUOS		10.500,00	
			SUBTOTAL		326.824,10	
			SISV			
			22101.20.603.0357.4738 ERRADMOSCA1		3.693,61	
			22101.20.125.0356.4745 FISCORGEN		1.969,20	
			22101.20.603.0357.2180 FISCPLANTA2		30.325,43	
			22101.20.125.0356.8939 IPVEGETAL2		20.489,50	
			22101.20.125.0356.4746 PADCLASSIF		7.828,31	
			22101.20.603.0357.8572 PCEVEGETAL		9.163,08	
			22101.20.603.0357.2134 VIGIFITO		13.987,71	
			SUBTOTAL		87.456,84	
			SEFAG			
			22101.20.125.0375.2124 FISCINAN		13.734,00	
			22101.20.125.0375.2140 FISPROVET1		9.408,65	
			22101.20.125.0375.2019 FISCGENE		330,85	
			22101.20.125.0375.2909 FISAGROTOX		4.966,92	
			22101.20.125.0375.2179 FISCALSEM1		17.820,37	
			22101.20.125.0375.2141 FISFECOI		16.330,07	
			SUBTOTAL		62.590,86	
			TOTAL SDA		476.737,80	
			TOTAL GERAL		1.119.839,73	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos SE	130083				
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	130083				

Fonte:SEOF/SAD/SFA-RO - SIAFI GERENCIAL

Análise crítica

Diferentemente de anos anteriores no decorrer do exercício de 2011, conforme podemos observar no quadro 03, não houve despesas em investimento havendo somente custeio. Observando – se que nem todos os Planos Internos atingiram as metas estabelecidas, motivado principalmente por deficiência de pessoal e o incremento das atividades agropecuária no Estado de Rondônia.

6.1.1 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

6.1.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 4 - Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação

QUADRO 4 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços		374.890,61		
Concorrência				
Pregão	2.882.141,00	1.028.676,38*	2.882.141,00	686.206,09
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	244.790,43	235.165,73	244.790,43	186.907,09
Inexigibilidade	184.815,77	129.159,52	184.815,77	105.235,25
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	8.036,93		8.036,93	
Diárias	424.345,01	304.478,41	424.345,01	304.478,41
Outras				

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RO

Análise Crítica

* A despesa ora especificada reflete os valores referentes a empenhos na modalidade de licitação Pregão, incluindo os realizados pela SFA/RO, bem como, os realizados por outras UASG's ao qual a SFA/RO pediu a devida anuência para adesão à Ata SRP.

6.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 5 - Despesas Correntes Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação

QUADRO 5 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Outros Benefícios Assistenciais	3.139,57		3.139,57	25.325,86	0,00		3.139,57	
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Não se aplica a UJ								
3- Outras Despesas Correntes								
Material de Consumo	192.603,42	207.961,08	192.603,42	207.961,08	336,72		135.552,52	163.819,51
Locação de Mão de Obra	290.452,56	544.800,00	290.452,56	544.800,00	35.262,37		248.225,86	295.784,59
Outros Serv. Terceiros PJ	471.023,33	422.336,76	471.023,33	422.336,76	229,30		306.786,47	312.075,64
4 – Demais Elementos do Grupo	9.793.988,57	137.748,63	9.789.091,21	137.748,63			1.490.647,47	129.311,28

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RO

6.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 6 - Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação

QUADRO 6 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
Obras e Instalações	19.283,24	374.890,61	19.283,24	374.890,61			21.740,00	
Equip. e Material Permanente	1.955.342,93	116.985,00	1.955.342,93	116.985,00			326.773,29	
5 - Inversões Financeiras								
Não se aplica a UJ								
6 - Amortização da Dívida								
Não se Aplica a UJ								

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RO

Análise Crítica:

No quadro 5 - Despesas Correntes Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – houve o empenho e a liquidação nos valores recebidos e nos pagamentos houve uma diminuição de valores, principalmente em Material de consumo quanto em outros serviços de terceiros PJ, isso se deve ao fato do contingenciamento de recursos, como também a realização de Pregão Eletrônico que proporcionou redução das despesas, não constando no momento restos a pagar inscritos, nestes elementos de despesas.

No quadro 6 - Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação – Houve o empenho e a liquidação de valores correspondentes a despesas com obras e instalações e de equipamentos e material permanente, que seriam para a construção e o mobiliário bem como a compra de outros materiais permanentes, para a implantação do UVAGRO de Porto Rolim, no entanto, em decorrência do inverno amazônico não foi possível a construção do mesmo ficando os valores inscritos em restos a pagar para o exercício de 2012

6.2. Indicadores Institucionais.

A SFA/RO ainda não desenvolveu indicadores de desempenho para a sua unidade os indicadores utilizados foram os nacionais e adptados a nossa realidade, para que desta forma pudessemos demonstrar o atigimento ou não das metas propostas.

Para cumprir suas funções finalísticas e atender às demandas da sociedade e do Governo, a SFA/RO está diretamente vinculada aos programas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual – PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é servir de elemento pavimentador da trajetória que o MAPA se propôs trilhar, coerentemente com a sua missão, onde as áreas técnicas finalísticas mantêm um constante canal de comunicação com os coordenadores de cada PI – Plano Interno, distribuídos em Programas, que são gerenciados em Brasília.

Por meio desta interlocução, são planejadas as metas, formas e ações visando o alcance eficaz e eficiente de suas finalidades. Também, por meio desta sistemática, são encaminhadas as programações para os desembolsos financeiros necessários.

Os incadores Institucionais utilizados pela SFA/RO, são os indicados no PPA 2008 – 2011 e os constantes no SIPLAN, encontrando – se os mesmos nos quadros de 02 a 09, que tratam dos programas de governo executados pela UJ.

OBJETIVOS E METAS:

PROGRAMA: 0357 – Prevenção, Controle e Erradicação da Mosca da Carambola

OBJETIVO: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária. Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras.

AÇÃO : 4738 - PI ERRADMOSCA – Prevenção, Controle e Erradicação da Mosca da Carambola

SUB-AÇÃO: 1.1 – Ações de defesa e vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras Fitossanitárias, móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias.

AÇÃO	PLAN O INTER NO	ORGÃO EXECUTOR		PRODUTO	FISICO				ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO			
Prevenção, Controle e Erradicação da Mosca da Carambola	PI ERRAD MOSCA	NACIONAL	ESTADUAL	Área	META		REALIZADO ESTADUAL		LOA 2011	PROVISSIO NADO	LIQUIDADO	APLICADO %
					Nacional	Estadual	Quant	%				

		S.D.A	SISV/D DA	Controlada Fiscalização Realizada Armadilhas Monitoradas	-	23.757.61 7 3 30	23.757.61 7 3 30	182,5 100 100	4.754,82	4.126,61	4.216,61	86,79
--	--	-------	--------------	--	---	---------------------------	---------------------------	---------------------	----------	----------	----------	-------

INDICADORES DE GESTÃO

Economicidade

Eficiência

Eficácia e Efetividade

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICIÊNCIA	$(CUP/CUR - 1) \times 100$	
	$(0,001/0001-1) \times 100$	0%
	$(4.996,53/6.433,13-1) \times 100$	-22,33%
	$(0,006/0,008 - 1) \times 100$	-25%

CUP- N° de Fiscal. Programada/Recurso Programada=3/4.754,82

CUR-N° de Fiscal. Realizada/Recurso Realizado= 3/3.693,01

CUP- N° de Hectare. Programada/Recurso Programada=23.757.617/4.754,82

CUR-N° de Hectare. Realizada/Recurso Realizado= 23.757.617/3.693,01

CUP- N° de Armadilha. Programada/Recurso Programada=30/4.754,82

CUR-N° de Armadilha. Realizada/Recurso Realizado= 30/3.693,01

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICÁCIA	$(N^\circ \text{ Fiscal. Realizada}/N^\circ \text{ Fiscal. Programada}) \times 100$	
	$(3/3) \times 100$	100%
	$(N^\circ \text{ Hectare Programado}/N^\circ \text{ Hectare Realizado}) \times 100$	
	$(23.757.617/23.757.617) \times 100$	100%
	$(N^\circ \text{ Armadilha Programada}/N^\circ \text{ Armadilha Realizada}) \times 100$	
	$(30/30) \times 100$	100%

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EETIVIDADE	$(N^\circ \text{ Partidas Realizada}/N^\circ \text{ Partidas Conformes}) \times 100$	

BENEFÍCIOS: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo Órgão Estadual – IDARON , através de instalações em 30 pontos distribuídos em barreiras fixas, fazendas e ULSAV pelos Municípios com a finalidade de evitar a disseminação de pragas Quarentenárias e de expressão econômica no Estado de Rondônia. A supervisão dos trabalhos é realizada pelo SISV/DDA/SFA/RO. O maior entrave para o desenvolvimento desta atividade na área vegetal é a quantidade insuficiente de Engenheiros Agrônomos no quadro da SFA/RO e no IDARON.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Carência de veículo oficial	Aquisição de veículos	Superintendente Federal de Agricultura – SFA/RO
Carência de combustível e lubrificante	Aquisição de combustível e Lubrificante	Seção Administrativa da SFA/RO
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV. EST. RO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A SFA/RO supervisiona as atividades executadas pelo IDARON e durante o ano de 2011 os recursos financeiros destinados para o PI ERRADMOSCA foram disponibilizados de acordo com a programação.

Os valores descentralizados para o SISV/DDA no ano em curso foram:

Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Provisão no ano R\$	Gasto R\$	% Aplicado
PI ERRADMOSCA	3390-14	3.054,82	2.426,61	80
PI ERRADMOSCA	3390-30	1.000,00	567,00	56,7
PI ERRADMOSCA	3390-39	700,00	700,00	100

RECURSOS HUMANOS

Nome/Cargo

João Trajano dos Santos – Fiscal Federal Agropecuário Chefe SISV/DDA/SFA/RO

Maria Gleide Brauna de Carvalho – Fiscal Federal Agropecuário – **RT PI ERRADMOSCA** SISV/DDA/SFA/RO

CONCLUSÃO: O Estado de Rondônia conta com 30 armadilhas para monitorar o movimento da mosca da carambola nas principais estradas do Estado. Há necessidade de maior apoio do IDARON ao desenvolvimento desta atividade com a finalidade de garantir a sanidade vegetal no Estado.

OBJETIVOS E METAS:

PROGRAMA: 0356 – Segurança E Qualidade de Alimentos e Bebidas

OBJETIVO: Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.

AÇÃO : 4745 - PI FISCORGEN – Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados.

SUB-AÇÃO: 1.1 – Ações de defesa e vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias, móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias.

AÇÃO	PLAN O INTER NO	ORGÃO EXECUTOR		PRODUTO	FISICO				ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO			
Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados.	PI FISCORGEN	NACIONAL	ESTADUAL	Fiscalização Realizada	META		REALIZADO ESTADUAL					
		Nacional	Estadua l		Quant	%						
		S.D.A	SISV/D DA		-	3	1	33,33	2.900,00	1.969,20	1.969,20	68,60

INDICADORES DE GESTÃO

Economicidade

Eficiência

Eficácia e Efetividade

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICIÊNCIA	$(CUP/CUR - 1) \times 100$	
	$(0,001/0,001-1) \times 100$	0%

CUP- N° de Fiscal. Programada/Recurso Programada=3/2.900,00

CUR-N° de Fiscal. Realizada/Recurso Realizado= 1/1.969,20

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICÁCIA	$(N^\circ \text{ Fiscal. Realizada}/N^\circ \text{ Fiscal. Programada}) \times 100$	
	$(1/3) \times 100$	33,33%

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EETIVIDADE	$(N^\circ \text{ Fiscal. Conformes}/N^\circ \text{ Total de Fiscalizações}) \times 100$	
	$() \times 100$	

BENEFÍCIOS: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo SISV/DDA/SFA/RO, através de fiscalizações em campos experimentais distribuídas pelo estado de Rondônia, nos Municípios com a finalidade de cumprir as determinações da CNBIO.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV.EST.RO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os recursos financeiros destinados para o PI FISCORGEN foram disponibilizados de acordo com a programação.

Os valores descentralizados para o SISV/DDA no ano em curso foram:

Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Provisão no ano R\$	Gasto R\$	% Aplicado
PI FISCORGEN	3390-14	900,00	822,40	82,24
PI FISCORGEN	3390-33	2.000,00	1.146,80	55,46

RECURSOS HUMANOS

Nome/Cargo

João Trajano dos Santos – Fiscal Federal Agropecuário Chefe SISV/DDA/SFA/SFA/RO

Maria Gleide Brauna de Carvalho – Fiscal Federal Agropecuário – RT PI FISCORGEN SISV/DDA/SFA/RO

CONCLUSÃO: As fiscalizações de experimentos com OGM foram prejudicadas. A EMBRAPA não desenvolveu ou não instalou nenhum experimento que pudesse ser supervisionado.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo SISV/DDA/SFA/RO, através de inspeções e fiscalizações das instalações industriais distribuídas pelos Municípios com a finalidade de evitar condições higiênicos-sanitárias impróprias e produtos desconformes oferecidos aos consumidores no Estado de Rondônia.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV. EST. RO

OBJETIVOS E METAS:

PROGRAMA: 0357 – Segurança E Qualidade de Alimentos e Bebidas

OBJETIVO: Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.

AÇÃO : 8939 - PI IPVEGETAL2 – Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal.

SUB-AÇÃO: 1.1 – Ações de fiscalização e coleta de amostras que assegurem a qualidade das bebidas e seus produtos, como a inspeção e fiscalização de estabelecimentos industriais.

AÇÃO	PLAN O INTER NO	ORGÃO EXECUTOR		PRODUTO	FISICO		ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO
Inspeção e fiscalização de produtos de origem	PI IPVEGE	NACIO NAL	ESTAD UAL		META	REALIZADO ESTADUAL	

vegetal.	TAL2	S.D.A	SISV/D DA	Estabelecim ento Fiscalizado	Nacional	Estadua l	Quant	%	LOA 2011	PROVISSIO NADO	LIQUIDADO	APLICADO %
					-	50	40	80	36.939,29	29.604,85	29.604,85	80,15

INDICADORES DE GESTÃO

Economicidade

Eficiência

Eficácia e Efetividade

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICIÊNCIA	$(CUP/CUR - 1) \times 100$	
	$(0,001/0,001-1) \times 100$	100%

CUP- N° de Estabel. Programada/Recurso Programada=50/36.939,29

CUR-N° de Estabel. Realizada/Recurso Realizado= 40/23.989,50

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICÁCIA	$(N^\circ \text{ Fiscal. Realizada}/N^\circ \text{ Fiscal. Programada}) \times 100$	
	$(40/50) \times 100$	80%
INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EETIVIDADE	$(N^\circ \text{ Amostras Conformes}/N^\circ \text{ Total de Amostras}) \times 100$	
	$(20/76) \times 100$	74%

BENEFÍCIOS: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo SISV/DDA/SFA/RO, através de inspeções e fiscalizações das instalações industriais distribuídas pelos Municípios com a finalidade de evitar condições higiênicos-sanitárias impróprias e produtos desconformes oferecidos aos consumidores no Estado de Rondônia.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV.EST.RO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Durante o ano de 2011 os recursos financeiros destinados para o PI IPVEGETAL2 foram disponibilizados de acordo com a programação.

Os valores descentralizados para o SISV/DDA no ano em curso foram:

Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Provisão no ano R\$	Gasto R\$	% Aplicado
PI IPVEGETAL2	3390-14	9.178,16	6.685,24	72,86
PI IPVEGETAL2	3390-30	7.315,99	7.219,87	98,70
PI IPVEGETAL2	3390-33	6.000,00	1.181,47	19,70
PI IPVEGETAL2	3390-36	885,00	865,01	97,75
PI IPVEGETAL2	3390-39	13.560,14	4.540,91	33,50

RECURSOS HUMANOS

Nome/Cargo

João Trajano dos Santos – Fiscal Federal Agropecuário Chefe SISV/DDA/SFA/RO

e RT PIVEGETAL2 SISV/DDA/SFA/RO

CONCLUSÃO: O Estado de Rondônia conta com 40 agroindústrias registradas no SIPE/RO, fiscalizadas pelo SISV/DDA/MAPA.

OBJETIVOS E METAS:

PROGRAMA: 0357 – Segurança E Qualidade de Alimentos e Bebidas

OBJETIVO: Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.

AÇÃO : 4746 - PI PADCLASSIF – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de produtos Vegetais.

SUB-AÇÃO: 1.1 – Ações de defesa e vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias, móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias.

AÇÃO	PLAN O INTER NO	ORGÃO EXECUTOR		PRODUTO	FISICO				ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO			
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de produtos Vegetais.	PI PADCL ASSIF	NACIO NAL	ESTAD UAL	Produto Fiscalizado	META		REALIZADO ESTADUAL					
		Nacional	Estadua l		Quant	%						
		S.D.A	SISV/D DA		-	300	705	100	8.605,47	8.378,31	9.378,31	99,0

INDICADORES DE GESTÃO

Economicidade

Eficiência

Eficácia e Efetividade

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICIÊNCIA	$(CUP/CUR - 1) \times 100$	
	$(0,03/0,09-1) \times 100$	-66,66%

CUP - N° de Toneladas Programada/Recurso Programada=300/8.605,47

CUR-Nº de Toneladas. Realizada/Recurso Realizado= 705/7.828,31

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICÁCIA	<i>(Nº Toneladas Realizada/Nº Toneladas Programada) x 100</i>	
	<i>(705/300)x 100</i>	<i>80%</i>

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EETIVIDADE	<i>(Nº Amostras Conformes/Nº Total de Amostras) x 100</i>	
	<i>(19/22)x 100</i>	<i>86,36%</i>

BENEFÍCIOS: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo SISV/DDA/SFA/RO, através de fiscalizações em EMBALADORES, DISTRIBUIDORES E COMERCIO atacadista distribuídas pelos Municípios com a finalidade de confirmar a qualidade declarada na embalagem.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV.EST.RO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A SFA/RO fiscaliza as atividades de classificação e padronização de produtos de origem vegetal executadas pelo IDARON e durante o ano de 2011 os recursos financeiros destinados para o PI PADCLASSIF foram disponibilizados de acordo com a programação.

Os valores descentralizados para o SISV/DDA no ano em curso foram:

Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Provisão no ano R\$	Gasto R\$	% Aplicado
PI PADCLASSIF	3390-14	6.195,00	5.968,60	96,35
PI PADCLASSIF	3390-30	2.410,47	1.859,71	77,15

RECURSOS HUMANOS

Nome/Cargo

João Trajano dos Santos – Fiscal Federal Agropecuário Chefe SISV/DDA/SFA/RO

José Ubiraci de Freitas – Fiscal Federal Agropecuário – RT PI PADCLASSIF SISV/DT/SFA/RO

CONCLUSÃO: O Estado de Rondônia conta com uma agência certificadora que é o IDARON, autorizada pelo MAPA, com 4 postos fixos para classificação. Há necessidade de maior apoio do IDARON ao desenvolvimento desta atividade com a finalidade de garantir a qualidade vegetal no Estado.

OBJETIVOS E METAS:

PROGRAMA: 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

OBJETIVO: Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de frutas mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.

AÇÃO : PI PCEVEGETAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

SUB-AÇÃO: 1.1 – Ações de defesa que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como levantamento e monitoramento das pragas e doenças de importância econômica.

AÇÃO	PLAN O INTER NO	ORGÃO EXECUTOR		PRODUTO	FISICO				ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO			
Prevenção, Controle Erradicação e de pragas vegetais.	PI PCEVEG ETAL	NACIONAL	ESTADUAL	Área Controlada(ha) Fiscal. Realizada	META		REALIZADO ESTADUAL					
		Nacional	Estadua l		Quant	%						
		S.D.A	SISV/D DA		-	70.261 4	70.261 4	100 100	LOA 2005	PROVISSIO NADO	LIQUIDAD O	APLICADO %
								9.381,62	9.194,08	9.194,08	98,00	

INDICADORES DE GESTÃO

Economicidade

Eficiência

Eficácia e Efetividade

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICIÊNCIA	$(CUP/CUR - 1) \times 100$	
	$(0,309/0,652-1) \times 100$	-52,61%
	$(7,49/7,67-1) \times 100$	-2.35%

CUP- N° de Fiscal. Programada/Recurso Programada=9/9.381,62

CUR-N° de Fiscal. Realizada/Recurso Realizado= 6/9.163,08

CUP- N° de hectare. Programada/Recurso Programada=70.261/9.381,62

CUR-N° de hectare Realizada/Recurso Realizado= 70.261/9.163,08

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICÁCIA	$(N^\circ \text{ Fiscal. Realizada}/N^\circ \text{ Fiscal. Programada}) \times 100$	
	$(6/9) \times 100$	66,66%
	$(70.261/70.261) \times 100$	100%

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EETIVIDADE	$(N^\circ \text{ Partidas Realizada}/N^\circ \text{ Partidas Conformes}) \times 100$	

BENEFÍCIOS: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo Órgão Estadual – IDARON , através de levantamento, monitoramento e controle da Sigatoka Negra, Moko da Bananeira, Pinta Preta dos Citrus, Monília; cadastramento de propriedades distribuídas pelos Municípios que fazem fronteiras com outros estados e entre municípios com a finalidade de combate e controlar a disseminação de pragas Quarentenárias e de expressão econômica no Estado de Rondônia. A supervisão dos trabalhos é realizada pelo SISV/DDA/SFA/RO. O maior entrave para o desenvolvimento desta atividade na área vegetal é a quantidade insuficiente de Engenheiros Agrônomos no quadro da SFA/RO e no IDARON.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Carência de veículo oficial	Aquisição de veículos	Superintendente Federal de Agricultura – SFA/RO
Carência de combustível e lubrificante	Aquisição de combustível e Lubrificante	Seção Administrativa da SFA/RO
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV. EST. RO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A SFA/RO supervisiona as atividades executadas pelo IDARON e durante o ano de 2011 os recursos financeiros destinados para o PI PCEVEGETAL foram disponibilizados de acordo com a programação.

Os valores descentralizados para o SISV/DDA no ano em curso foram:

Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Provisão no ano R\$	Gasto R\$	% Aplicado
PI PCEVEGETAL	3390-14	2.705,62	2.677,98	98,00
PI PCEVEGETAL	3390-30	2.500,00	2.469,00	99,00
PI PCEVEGETAL	3390-39	4.176,00	4.016,10	99,00

RECURSOS HUMANOS

Nome/Cargo

João Trajano dos Santos – Fiscal Federal Agropecuário Chefe SISV/DDA/SFA/RO

Maria Gleide Brauna de Carvalho – Fiscal Federal Agropecuário – RT PI PCEVEGETAL SISV/DDA/SFA/RO

CONCLUSÃO: A programação contida no Plano de Trabalho do Convênio MAPA/IDARON previra os levantamentos fitossanitários das pragas da banana, citros e cacacu/cupuaçu e helicôneas cuja finalidade é fornecer informações técnicas e econômicas para a composição de uma estratégia de combate e controle dessas doenças nas culturas economicamente importantes para o estado de Rondônia. Há necessidade de maior apoio do IDARON ao desenvolvimento desta atividade com a finalidade de garantir a sanidade vegetal no Estado.

OBJETIVOS E METAS:

PROGRAMA: 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

OBJETIVO: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária. Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras.

AÇÃO : PI VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e Seus Produtos

SUB-AÇÃO: 1.1 – Ações de defesa e vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias, móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias.

AÇÃO	PLAN O INTER NO	ORGÃO EXECUTOR		PRODUTO	FISICO				ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO			
		NACIONAL	ESTADUAL		META		REALIZADO ESTADUAL		LOA 2011	PROVISSIO NADO	LIQUIDAD O	APLICADO %
		S.D.A	SISV/D DA		Nacional	Estadua l	Quant	%				
Vigilância e Fiscalização do trânsito Interestadual de Vegetais e Seus Produtos	PI VIGIFITO			Fiscalização de partidas Supervisão Realiz.	-	5.000 4	9.125 1	182,5 25	16.173,53	13.998,98	13.998,98	100

INDICADORES DE GESTÃO

Economicidade

Eficiência

Eficácia e Efetividade

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICIÊNCIA	$(CUP/CUR - 1) \times 100$	
	$(0,309/0,652-1) \times 100$	-52,61%

CUP- N° de Partidas Programada/Recurso Programada=5.000/16.173,53

CUR-N° de Partidas Realizada/Recurso Realizado= 9.125/13.987,71

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EFICÁCIA	$(N^{\circ} \text{ Partidas Realizada}/N^{\circ} \text{ Partidas Programada}) \times 100$	
	$(9.125/5.000) \times 100$	182,5%

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR
EETIVIDADE	$(N^{\circ} \text{ Partidas Realizada}/N^{\circ} \text{ Partidas Conformes}) \times 100$	

BENEFÍCIOS: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ENTRAVES: A atividade é desenvolvida pelo Órgão Estadual – IDARON , através de fiscalizações em barreiras fixas e móveis distribuídas pelos Municípios que fazem fronteiras com outros estados e entre municípios com a finalidade de evitar a disseminação de pragas

Quarentenárias e de expressão econômica no Estado de Rondônia. A supervisão dos trabalhos é realizada pelo SISV/DDA/SFA/RO.

O maior entrave para o desenvolvimento desta atividade na área vegetal é a quantidade insuficiente de Engenheiros

Agrônomos no quadro da SFA/RO e no IDARON.

MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÃO DETECTADA

Disfunção Estrutural ou Situacional	Medidas Implementadas/Implementar	Responsável Técnico pela Implementação
Carência de veículo oficial	Aquisição de veículos	Superintendente Federal de Agricultura – SFA/RO
Carência de combustível e lubrificante	Aquisição de combustível e Lubrificante	Seção Administrativa da SFA/RO
Atraso na liberação de diárias e suprimento de Fundos para deslocamento	Liberação de diárias e suprimento de fundos em tempo hábil	Seção Administrativa da SFA/RO
Carência de Fiscais Federais/Estaduais	Contratação de Fiscais Fed/Estaduais	MAPA/GOV.EST.RO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A SFA/RO supervisiona as atividades executadas pelo IDARON e durante o ano de 2011 os recursos financeiros destinados para o PI VIGIFITO foram disponibilizados de acordo com a programação.

Os valores descentralizados para o SISV/DDA no ano em curso foram:

Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Provisão no ano R\$	Gasto R\$	% Aplicado
PI VIGIFITO	3390-14	5.993,82	3.819,27	63,72
PI VIGIFITO	3390-30	976,78	965,51	99,00
PI VIGIFITO	3390-33	6.638,93	6.638,93	100,00
PI VIGIFITO	3390-36	1.964,00	1.964,00	100,00
PI VIGIFITO	3390-39	600,00	600,00	100,00

RECURSOS HUMANOS

Nome/Cargo

João Trajano dos Santos – Fiscal Federal Agropecuário Chefe SISV/DDA/SFA/RO

Maria Gleide Brauna de Carvalho – Fiscal Federal Agropecuário – RT PI VIGIFITO SISV/DDA/SFA/RO

CONCLUSÃO: O Estado de Rondônia conta com 14 (QUATORZE) barreiras fixas cuja finalidade é evitar a entrada de *pragas* na região mas com a falta de Fiscais Estaduais na área vegetal, as fiscalizações nas barreiras ficam prejudicadas. Há necessidade de maior apoio do IDARON ao desenvolvimento desta atividade com a finalidade de garantir a sanidade vegetal no Estado.

2.1.1.1 - Ação : – 2181 – Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de Animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL 2

Tabela - Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, assegurando a saúde dos animais que constituam ou possam constituir ameaças à pecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos, subprodutos e derivados e a qualidade dos insumos importados e exportados.
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	Marcos de Barros Valadão
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sérgio Lúcio Valadão de Miranda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fiscalização realizada
Público – alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

AÇÃO: 2181 - Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de Animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL 2

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e disseminação no país de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e saúde da população.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras no interior, tanto nas importações como nas exportações de animais e produtos animais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	VIGIAGRO/DAS/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marcos de Barros Valadão
Unidades executoras	DDA e UVAGROs/SFA-RO
Função	Agricultura
Subfunção	Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DDA

Resultados

Tabela - PI – FISCANIMAL 2

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO
-------------	-----------	----------------	---------------

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2012
2181 – Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de Animais, seus produtos e insumos.	FISCANIMAL 2	Fiscalização Realizada (Unid.)	50.000	32.500	23.434	72,10	33.000

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2011 dos créditos orçamentários descentralizados na rubrica do PI – FISCANIMAL 2 foram aplicados 100,00%.

Tabela PI – FISCANIMAL 2

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2012
Diarias	5.500,00	-	5.452,25	0,00	99,13	7.100,00	5.425,25	14.400,00
Consumo	1.497,00	-	1.497,00	0,00	100,00	6.500,00	1497,00	10.000,00
Passagens	6.000,00	-	2.589,29	0,00	43,15	3.000,00	2.589,29	14.000,00
Colaborador eventual	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Serviços	2.500,00	-	2.500,00	0,00	100,00	7.000,00	2.500,00	6.500,00
Mat.Permanente	0,00	-	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	107.340,0
Obras	0,00	-	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0
Total	15.497,00	-	12.038,54	0,00	77,68			70.000,00

Fonte: SEOF e Sistema Gerencial do Siafi.

Fiscalização Realizada: A programação do produto “fiscalização realizada” foi elaborada com base na execução das atividades do último ano. No entanto, o comércio internacional pode sofrer variações nas quantidades de produtos agropecuários exportados ou importados, bem como pode ocorrer o aumento ou diminuição de passageiros em trânsito, devido a inúmeras variáveis, entre elas, a flutuação do câmbio e a imposição de restrições de ordem sanitária pelos países, etc., influenciando na demanda. No caso específico do ano de 2011 nos meses de junho e julho houve um aumento do número de fiscalizações em função da instalação e operacionalização de um escaner pela Receita Federal do Brasil – RFB, o que fez com que a ação pudesse ser mais efetiva.

Participação em Grupo e Comissão: O Sistema VIGIAGRO pela natureza de suas competências mantém integração com os órgãos intervenientes do comércio exterior, por meio de Reuniões periódicas como a Receita Federal do Brasil, ANVISA (Guajará-Mirim) e Infraero (Porto Velho).

Dentro do Sistema de Gestão do VIGIAGRO este Serviço é membro do Subcomitê do Sistema de Vigilância Internacional dos Postos de Fronteiras. No ano de 2011 houve a participação de FFA Médico Veterinário na reunião do Subcomitê, que ocorreu em Alagoas.

A) Principais Despesas: O pagamento das despesas, como a combustíveis e lubrificante, material de expediente e informática, manutenção de equipamentos e veículos, foram custeadas por este Plano Interno. Outras despesas, como: energia elétrica, água, telefonia, limpeza e conservação, foram custeadas pelo PI MANUT.

B) Principal Fonte Financiamento: Os recursos financeiros do PI relativo às ações do Programa – FISCANIMAL 2 são gerenciados pela Coordenação Geral do VIGIAGRO e descentralizados para utilização direta pela Superintendência em Rondônia.

C) Adequação dos Valores Gastos: Os recursos financeiros foram programados para a manutenção e investimento na DDA – SFA/RO e nas Unidades de Vigilância Agropecuária em Porto Velho e

Guajará-Mirim, localizados em dois Municípios distintos, onde há escritórios desta SFA/RO.

D) Principais Recursos Materiais e Humanos: As instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição da Unidade de Vigilância Agropecuária internacional em Guajará-Mirim, são adequadas, porém em 2001 foram . Na unidade em Porto Velho, não foi disponibilizado condições de funcionamento pelo administrador do recinto alfandegado (Infraero).

Os recursos humanos nas unidades do Vigiagro-RO, considerando a lotação de pessoal, incluindo fiscais e servidores de apoio técnico, não é suficiente para atender à demanda de trabalho.

E) Eventuais Insucessos: Deficiência de Fiscais Federais Agropecuários com formação em Medicina Veterinária na UVAGRO em Guajará-Mirim dificulta a realização efetiva da fiscalização e inspeção de animais e produtos animais, principalmente em bagagens acompanhadas e desacompanhadas – exportação / importação, pelo terminal de passageiros, já que naquela unidade está lotado apenas um FFA Médico Veterinário. Houve a programação de um treinamento para os Agentes de Atividades Agropecuárias, principalmente para os que trabalham no porto, em contato com os passageiros, porém em função do responsável do setor estar de licença médica no período (quarto trimestre) não foi realizado, mas foram feitas orientações técnicas e treinamentos em serviço para os mesmos pelos FFA da área de Medicina Veterinária. Houve divulgação da IN 34/09, que trata dos procedimentos para exportação de produtos animais e subprodutos junto aos comerciantes locais de Guajará Mirim, porém não houve um efetivo retorno dos mesmos em se regularizarem na Uvagro local.

Contratação e parcerias: Não houve contratação de Fiscal Federal Agropecuário com formação em Medicina Veterinária para atender as demandas na fiscalização e inspeção junto as suas Unidades e nem estabelecimento de parcerias no exercício.

TRANSFERÊNCIA, DE PI PARA PI, OU DE UNIÃO PARA SFA: Não houve no exercício.

H) DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS:

É sabido que os principais meios de introdução de pragas são produtos trazidos por passageiros de viagens internacionais, veículos, material vegetal para consumo e cultura, importação para fins científicos sem autorização do MAPA, vetores, cargas não-agrícolas e embalagens.

Ainda, com relação ao ingresso ilegal de produtos no País, um dos principais pontos de entrada é por bagagens de passageiros de viagens internacionais. Não se pode desconsiderar, também, a existência de outras rotas de entrada, a exemplo de contrabando em fronteira. Porém, esses casos fogem à competência de atuação direta do MAPA.

Quanto aos produtos de origem animal, a questão se torna mais severa, considerando que, além do potencial impacto econômico gerado pela contaminação de animais de criação, as doenças de origem animal podem afetar a saúde humana, com risco de morte, em alguns casos.

Face à relevância das atividades desenvolvidas no âmbito do Vigiagro-RO, endendeu-se que para melhorar a eficácia e a eficiência das fiscalizações nas execuções das ações de vigilância agropecuária nas duas unidades em Rondônia, é fator decisivo que sejam superadas as seguintes disfunções:

- I. À deficiência da realização dos procedimentos de fiscalização previsto na legislação básica, que tem como causas, dentre outras, o número insuficiente de fiscais nas duas unidades em Rondônia.
- II. A falta de infra-estrutura destinada à operacionalização do programas na unidade de Porto Velho. Constata-se que as instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição da unidade são inadequados. Aponta-se como a principal causa para essa situação o fato de que a unidade foi instalada sem que fossem disponibilizadas condições ideais de funcionamento pelo administrador

do recinto (Infraero).

- III. A falta de consenso quanto à obrigatoriedade de fornecimento de condições mínimas para operação da vigilância agropecuária por parte do administrador do recinto alfandegado (Infraero), apresenta-se como entrave ao fornecimento de instalação adequada.
- IV. A falta de utilização de critérios de fiscalização que levem em consideração o risco fitozoossanitário no caso da fiscalização de bagagens no terminal de passageiros em Guajará-Mirim. De acordo com a IN nº 36/2006, a fiscalização em bagagem acompanhada será realizada em consonância com a Receita Federal, atendendo a legislação vigente. Na prática verifica-se que a fiscalização de bagagens naquele terminal é realizada apenas quando demandada pela Receita Federal ou quando, mediante identificação visual, facilitada pela instalação do escaner pela Receita.
- V. A falta de integração entre os servidores da fiscalização agropecuária e os da fazenda para a realização de fiscalização das bagagens de passageiros.
- VI. A carência de recursos humanos nas unidades do Vigiaagro-RO, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativo não é suficiente para atender à demanda de trabalho. A insuficiência, principalmente de fiscais compromete a atividade de fiscalização, enquanto a de servidores de apoio ocasiona o desvio de fiscais para atividades não finalísticas, como atendimento ao público e digitação de dados.
- VII. De forma geral o déficit de Eng. Agrônomos, Veterinários e de apoio técnico é de 50% nas unidades do Vigiaagro-RO.

Conclusão:

De um modo geral, os procedimentos de fiscalização previstos na legislação básica estão sendo realizados de modo ineficiente, em razão do número insuficiente de fiscais e de pessoal de apoio técnico nas unidades e da infra-estrutura física para a realização dos trabalhos.

No geral o ano foi positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento, aquisição de material de consumo e permanente e prestação de serviços de terceiros.

2.1.1.1 - Ação : – 2180 – Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA 2

Tabela - Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, assegurando a saúde dos animais e sanidade dos vegetais que constituam ou possam constituir ameaças à pecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos, subprodutos e derivados e a qualidade dos insumos importados e exportados.
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	Marcos de Barros Valadão
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sérgio Lúcio Valadão de Miranda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fiscalização realizada

Público – alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.
---------------------------------------	--

AÇÃO: 2180 - Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA 2

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas, assegurando a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde Pública por meio da fiscalização do trânsito internacional de vegetais, produtos, subprodutos, derivados, insumos agrícolas e materiais para pesquisa científica.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras no interior, tanto nas importações como nas exportações de vegetais, produtos vegetais e seus subprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	VIGIAGRO/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marcos de Barros Valadão
Unidades executoras	DDA e UVAGROs/SFA-RO
Função	Agricultura
Subfunção	Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Tabela - PI – FISCPLANTA 2

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Previst a	Corrigi da	Meta Realizada	%	Meta a ser realiza da em 2012
2180 – Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e insumos.	FISCPLANTA 2	Fiscalização Realizada (Unid.)	45.947	36.360	24.138	66,39	36.360

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2011 dos créditos orçamentários descentralizados na rubrica do PI – FISCPLANTA 2 foram aplicados 93,45 %.

Tabela - PI – FISCPLANTA 2

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA
---------------------	------------------------	---------------	-----------------	------------------	--------------------------	---------------	----------------	----------------------

								EM 2012
Diárias	10.186,00	-	5.749,71	-	43,55	10.186,00	5.749,71	16.100,00
Consumo	11.962,21	-	11.962,21	-	0,00	11.962,21	11.962,21	16.500,00
Passagens	5.814,00	-	5.814,00	-	0,00	12.000,00	5.814,00	9.800,00
Serviços	8.923,69	-	8.923,69	-	0,00	8.923,69	8.923,69	19.500,00
Mat.Permanente	0,00	-	0,00	-	0,00	43.500,00	0,00	118.420,00
Total	34.761,72		30.325,43	-	-			

Fonte: SEOF e Sistema Gerencial do Siafi.

Fiscalização Realizada: A programação do produto “fiscalização realizada” foi elaborada com base na execução das atividades do último ano. No entanto, o comércio internacional pode sofrer variações nas quantidades de produtos agropecuários exportados ou importados, bem como pode ocorrer o aumento ou diminuição de passageiros em trânsito, devido a inúmeras variáveis, entre elas, a flutuação do câmbio e a imposição de restrições de ordem sanitária pelos países, etc., influenciando na demanda. No caso específico do ano de 2011 nos meses de junho e julho houve um aumento do número de fiscalizações em função da instalação e operacionalização de um scanner pela Receita Federal do Brasil – RFB, o que fez com que a ação pudesse ser mais efetiva.

Participação em Grupo e Comissão: O Sistema VIGIAGRO pela natureza de suas competências mantém integração com os órgãos intervenientes do comércio exterior, por meio de Reuniões como a Receita Federal, ANVISA (Guajará-Mirim) e Infraero (Porto Velho). Estas Reuniões são realizadas com periodicidade.

A) Principais Despesas: O pagamento das despesas, como a combustíveis e lubrificante, material de expediente e informática, manutenção de equipamentos e veículos, foram custeadas por este Plano Interno. Outras despesas, como: energia elétrica, água, telefonia, limpeza e conservação, foram custeadas pelo PI MANUT.

B) Principal Fonte Financiamento: Os recursos financeiros do PI relativo às ações do Programa – FISCANIMAL 2 são gerenciados pela Coordenação Geral do VIGIAGRO e descentralizados para utilização direta pela Superintendência em Rondônia.

C) Adequação dos Valores Gastos: Os recursos financeiros foram programados para a manutenção e investimento no Serviço de Gestão do VIGIAGRO/DT-RO e nas Unidades de Vigilância Agropecuária em Porto Velho e Guajará-Mirim, localizados em dois Municípios distintos, onde o serviço possui escritórios estabelecidos.

D) Principais Recursos Materiais e Humanos: As instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição da Unidade de Vigilância Agropecuária internacional em Guajará-Mirim, são adequadas, porém em 2010 e 2011 foram adquiridos instalados ar condicionado e materiais de informática naquela Unidade. Na unidade em Porto Velho não foi disponibilizada condições de funcionamento pelo administrador do recinto alfandegado (Infraero).

Os recursos humanos nas unidades do Vigiagro-RO, considerando a lotação de pessoal, incluindo fiscais e servidores de apoio técnico, não é suficiente para atender à demanda de trabalho.

E) Eventuais Insucessos: Houve a programação de um treinamento para os Agentes de Atividades Agropecuárias, principalmente para os que trabalham no porto, em Guajará-Mirim, em contato com os passageiros, porém em função do responsável do setor estar de licença médica no período (quarto trimestre) não foi realizado, mas foram feitas orientações técnicas e treinamentos em serviço para os mesmos pelos FFA da área de Engenharia Agrônômica.

F) Contratação e parcerias: Não houve contratação de Fiscal Federal Agropecuário com formação em Medicina Veterinária para atender as demandas na fiscalização e inspeção junto as suas Unidades e nem estabelecimento de parcerias no exercício.

G) TRANSFERÊNCIA, DE PI PARA PI, OU DE UNIÃO PARA SFA: Não houve no exercício.

H) DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS:

É sabido que os principais meios de introdução de pragas são produtos trazidos por passageiros de viagens

internacionais, veículos, material vegetal para consumo e cultura, importação para fins científicos sem autorização do MAPA, vetores, cargas não-agrícolas e embalagens.

Ainda, com relação ao ingresso ilegal de produtos no País, um dos principais pontos de entrada é por bagagens de passageiros de viagens internacionais. Não se pode desconsiderar, também, a existência de outras rotas de entrada, a exemplo de contrabando em fronteira. Porém, esses casos fogem à competência de atuação direta do MAPA.

Quanto aos produtos de origem animal, a questão se torna mais severa, considerando que, além do potencial impacto econômico gerado pela contaminação de animais de criação, as doenças de origem animal podem afetar a saúde humana, com risco de morte, em alguns casos.

Face à relevância das atividades desenvolvidas no âmbito do Vigiaagro-RO, endendeu-se que para melhorar a eficácia e a eficiência das fiscalizações nas execuções das ações de vigilância agropecuária nas duas unidades em Rondônia, é fator decisivo que sejam superadas as seguintes disfunções:

I)A deficiência da realização dos procedimentos de fiscalização previsto na legislação básica, que tem como causas, dentre outras, o número insuficiente de fiscais nas duas unidades em Rondônia.

II)A falta de infra-estrutura destinada à operacionalização do programas na unidade de Porto Velho. Constata-se que as instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição da unidade são inadequados. Aponta-se como a principal causa para essa situação o fato de que a unidade foi instalada sem que fossem disponibilizadas condições ideais de funcionamento pelo administrador do recinto (Infraero).

III)A falta de consenso quanto à obrigatoriedade de fornecimento de condições mínimas para operação da vigilância agropecuária por parte do administrador do recinto alfandegado (Infraero), apresenta-se como entrave ao fornecimento de instalação adequada.

IV)A falta de utilização de critérios de fiscalização que levem em consideração o risco fitozoossanitário no caso da fiscalização de bagagens no terminal de passageiros em Guajará-Mirim. De acordo com a IN nº 36/2006, a fiscalização em bagagem acompanhada será realizada em consonância com a Receita Federal, atendendo a legislação vigente. Na prática verifica-se que a fiscalização de bagagens naquele terminal é realizada apenas quando demandada pela Receita Federal ou quando, mediante identificação visual, facilitada pela instalação do escaner pela Reeita.

V)A falta de integração entre os servidores da fiscalização agropecuária e os da fazenda para a realização de fiscalização das bagagens de passageiros.

VI)A carência de recursos humanos nas unidades do Vigiaagro-RO, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativo não é suficiente para atender à demanda de trabalho. A insuficiência, principalmente de fiscais compromete a atividade de fiscalização, enquanto a de servidores de apoio ocasiona o desvio de fiscais para atividades não finalísticas, como atendimento ao público e digitação de dados.

VII)De forma geral o déficit de Eng. Agrônomos, Veterinários e de apoio técnico é de 50% nas unidades do Vigiaagro-RO.

Conclusão:

De um modo geral, os procedimentos de fiscalização previstos na legislação básica estão sendo realizados de modo ineficiente, em razão do número insuficiente de fiscais e de pessoal de apoio técnico nas unidades e da infra-estrutura física para a realização dos trabalhos.

No geral o ano foi positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento, aquisição de material de consumo e permanente e prestação de serviços de terceiros.

Ação: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins;

Ação: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes;

Ação: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal;

Ação: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal;

Ação: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário; e

Ação: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS – R\$ 1,00						
Ação: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins						
Elemento de Despesa	Despesa Autorizada (A)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada (L)	Despesa Paga	Anulado	Execução (%) (L x 100 / A)
3390-14	1.593,00	915,97	915,97	915,97	677,03	57,49
3390.30	640,00	640,00	640,00	640,00	00,00	100,00
3390.33	2.111,23	2.111,23	2.111,23	2.111,23	00,00	100,00
3390.36	950,00	891,50	891,50	891,50	58,50	93,84
T o t a l	5.294,23	4.558,70	4.558,70	4.558,70	735,53	86,10
Fonte: SIAFI.						

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS - R\$ 1,00						
Ação: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes						
Elemento de Despesa	Despesa Autorizada (A)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada (L)	Despesa Paga	Anulado	Execução (%) (L x 100 / A)
3390-14	10.320,25	10.206,75	10.206,75	10.206,75	113,50	98,90
3390.30	3.030,55	3.030,55	3.030,55	2.330,55	00,00	100,00
3390.33	5.891,00	3.092,77	3.092,77	3.092,77	2.798,23	52,49
3390-36	1.200,00	00,00	00,00	00,00	1.200,00	00,00
T o t a l	20.441,80	16.330,07	16.330,07	15.630,07	4.111,73	79,88
Fonte: SIAFI.						

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS – R\$ 1,00						
Ação: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal						
Elemento de Despesa	Despesa Autorizada (A)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada (L)	Despesa Paga	Anulado	Execução (%) (L x 100 / A)
3390-14	442,50	00,00	00,00	00,00	442,50	00,00
3390.30	330,85	330,85	330,85	330,85	00,00	100,00
T o t a l	773,35	330,85	330,85	330,85	442,50	42,78
Fonte: SIAFI.						

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS – R\$ 1,00						
Ação: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal						
Elemento de Despesa	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada (L)	Despesa Paga	Anulado	Execução (%)

	(A)					
3390-14	7.466,41	6.199,10	6.199,10	6.199,10	1.267,31	83,02
3390.30	1.611,25	1.611,25	1.611,25	1.611,25	00,00	100,00
3390.33	2.047,11	2.047,11	2.047,11	2.047,11	00,00	100,00
3390-39	900,00	900,00	900,00	900,00	00,00	100,00
T o t a l	12.024,77	10.757,46	10.757,46	10.757,46	1.267,31	89,46
Fonte: SIAFI.						

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS – R\$ 1,00					
Ação: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Elemento de Despesa	Despesa Autorizada (A)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada (L)	Despesa Paga	Execução (%)
3390-14	5.055,50	4.426,09	4.426,09	4.426,09	87,54
3390.30	2.254,69	2.254,69	2.254,69	1.995,68	100,00
3390.33	1.849,88	1.849,88	1.849,88	1.849,88	100,00
3390-39	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.137,00	100,00
T o t a l	10.360,07	9.730,66	9.730,66	9.408,65	93,92
Fonte: SIAFI.					

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS – R\$ 1,00					
Ação: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudras					
Elemento de Despesa	Despesa Autorizada (A)	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada (L)	Despesa Paga	Execução (%)
3390-14	7.162,00	6.384,96	6.384,96	6.384,96	89,15
3390.30	4.790,78	4.790,78	4.790,78	4.790,78	100,00
3390.33	5.100,00	5.100,00	5.100,00	3.898,60	100,00
3390-39	3.016,03	3.016,03	3.016,03	2.746,03	100,00
T o t a l	20.068,81	19.291,77	19.291,77	17.820,37	96,13
Fonte: SIAFI.					

ANÁLISE CRÍTICA

I. CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS:

1. Ação – 2141 (Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI).

1.1 Objetivos: Garantir níveis adequados de conformidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes, bem como qualidade dos serviços colocados à disposição dos produtores rurais.

Assegurar que as metas sejam cumpridas através de ações direcionadas, organização estratégica e racionalização de recursos humanos e financeiros, a fim que seja garantido o objetivo geral proposto.

As metas físicas e as metas percentuais determinadas pelo (DFIA/SDA/MAPA), em relação às metas determinadas pelo órgão central de fiscalização (DFIA/SDA/MAPA), foram atingidas, mesmo considerando as limitações ocorridas no exercício.

As limitações enfrentadas, ao atingimento de um melhor desempenho, deveram-se ao exíguo quadro de pessoal, e atendimento de demandas extraordinárias.

1.2 Estratégia de Ação:

Execução da Fiscalização: A execução das ações de fiscalização é feita pela SFA-RO, por meio dos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias lotados nos Serviço de Fiscalização Agropecuária e nas Unidades Técnicas Regionais.

A fiscalização é concentrada em regiões e épocas do ano de maior volume de produção e consumo. O Atendimento prioritário é dado à apuração de denúncias sobre produtos não conformes, assim como tem prioridade a identificação da produção, importação e comercialização de produtos marginais e fraudados, adotando-se as medidas fiscais cabíveis a estas situações.

1.3 Comentários Finais:

1.3.1 Com Relação às Metas: O Serviço esteve presente na maioria dos estabelecimentos.

Os desempenhos qualificam como bom, sobretudo considerando-se o reduzido quadro de pessoal disponível e o volume de demandas inerentes ao Estado.

1.3.2 Com Referência às Condições de Serviço Existente: Observa-se principalmente a carência de técnicos para realização das operações de fiscalização e registro de produtos e estabelecimentos. A necessidade atual de técnicos para desempenhar estas funções é de mais 01 fiscal lotado na sede.

Em 2011 o Serviço pode contar com um reduzido quadro técnico, equivalente a apenas 1 Fiscal Federal Agropecuário e 1 Agente de Atividades Agropecuária, dedicados à ação assim distribuídos:

SEDE: 01 FISCAL (01 com 100% de tempo dedicado a ação; 01 AGENTE com 15% do tempo dedicado a atividade).

Com base nos índices atingidos, é realizada a programação da fiscalização para o ano subsequente objetivando maximizá-los para melhoria da qualidade dos insumos produzidos no estado.

Parte dos insumos que ingressam no estado são entregues diretamente ao consumidor final, sendo possível sua fiscalização quando solicitada por este, o que raramente acontece. A fiscalização acontece frequentemente nos estabelecimentos comerciais.

2. Ação – 2179 (Fiscalização de Sementes e Muda – FISCALSEM1):

2.1. Objetivos: Fiscalizar a produção, a comercialização, a importação e a exportação de sementes e mudas, para garantir a oferta destes insumos com qualidade para os produtores rurais.

Certificar, através de entidades certificadoras credenciadas, a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

As metas físicas e as metas percentuais determinadas pelo (DFIA/SDA/MAPA), em relação às metas determinadas pelo órgão central de fiscalização (DFIA/SDA/MAPA), foram atingidas, mesmo considerando as limitações ocorridas no exercício.

As limitações enfrentadas, ao atingimento de um melhor desempenho, deveram-se ao exíguo quadro de pessoal, e atendimento de demandas extraordinárias.

2.2. Estratégia de Ação:

Execução da Fiscalização: A execução das ações de fiscalização é feita pela SFA-RO, por meio dos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias lotados nos Serviço de Fiscalização Agropecuária e nas Unidades Técnicas Regionais.

A fiscalização é concentrada em regiões e épocas do ano de maior volume de produção. O Atendimento prioritário é dado à apuração de denúncias sobre produtos não conformes, assim como tem prioridade a identificação da produção, importação e comercialização de produtos marginais e fraudados, adotando-se as medidas fiscais cabíveis a estas situações.

2.3. Comentários Finais:

2.3.1. Com Relação às Metas: O Serviço esteve presente em na maioria dos estabelecimentos.

O desempenho qualifica como bom, sobretudo considerando-se o reduzido quadro de técnico disponível e o volume de demandas inerentes ao Estado.

2.3.2. Com Referência às Condições de Serviço Existente: Observa-se principalmente a carência de técnicos para realização das operações de fiscalização e registro de estabelecimento, produtores e responsáveis técnicos.

A necessidade atual de técnicos para desempenhar estas funções é de mais 01 fiscal lotado na sede.

Em 2011 o Serviço pode contar com um reduzido quadro técnico, equivalente a 3 Fiscais Federais Agropecuários, dedicados à ação assim distribuídos:

SEDE: 02 FISCAIS (01 com 50% de tempo dedicado a ação; e 01 FISCAL com 30% do tempo dedicado a atividade).

UTRA Vilhena: 01 FISCAL (com 20% de tempo dedicado a ação).

Com base nos índices atingidos, é realizada a programação da fiscalização para o ano subsequente objetivando maximizá-los para melhoria da qualidade dos insumos produzidos no estado.

II. AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO:

1. Ação – 2909 (Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX):

1.1 Objetivos: Garantir que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

1.2 Estratégia de Ação: Fiscalização em estabelecimentos produtores de agrotóxicos.

Execução da Fiscalização: A atividade relativa ao PI FISAGROTOX, no âmbito da fiscalização de empresas que realizam fumigação em containeres, não foi cumprida, pois tal ação passou a ser executada pelo SISV, no âmbito da SFA/RO.

Em 2011 o Serviço pode contar com um reduzido quadro técnico, equivalente a 3 Fiscais Federais Agropecuários, dedicados à ação assim distribuídos:

SEDE: 03 FISCAIS (01 com 60% de tempo dedicado a ação, que responde pela Chefia da DDA/SFA-RO; e 02 FISCAIS com 20%/cada do tempo dedicado a atividade, que respondem, também pelos PI's FISFECOI e FISCALSEM1/Chefia do SEFAG).

A deficiência de Fiscais, associada ao fato dos Fiscais da sede nem sempre estarem à disposição para este Serviço, foi um dos fatores que levou ao não cumprimento da meta. Além do fato de que a fiscalização do comércio é realizada pela Agência IDARON, órgão estadual, e que no estado de Rondônia não há indústria de agrotóxicos instalada.

1.3 Comentários Finais:

Com Relação às Metas: No decorrer do segundo semestre do ano de 2010 a ação foi transferida ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA-RO, por força da legislação.

Para o ano de 2011, foram programadas ações conjuntas de fiscalizações em estabelecimentos comerciais de agrotóxicos, com o órgão executor do governo estadual.

2. Ação – 2124 (Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN):

2.1 Objetivos: Garantir a qualidade e inocuidade dos produtos utilizados em alimentação animal, para toda cadeia produtiva, do produtor até o consumidor final.

2.2 Estratégia de Ação:

Execução da Fiscalização: No ano de 2011, na atividade relativa ao PI FICINAN, no âmbito da fiscalização de empresas que comercializam alimentos para animais, com vistas a garantir a qualidade e inocuidade dos produtos utilizados em alimentação animal, não foi cumprida conforme programada, pelos seguintes fatores:

- a) A deficiência de Fiscais, associada ao fato dos Fiscais da sede e do interior nem sempre estarem à disposição para este Serviço. Este fato foi um dos principais fatores que levou para o não cumprimento da meta programada.
- b) Em 2011 o Serviço pode contar com um reduzido quadro técnico, equivalente a 1 Fiscal Federal Agropecuário.

2.3 Comentários Finais:

Com Relação às Metas: A atividade seguiu seu curso normal no exercício, com algumas alterações em relação ao programado (POA 2011) em função da disponibilidade de pessoal restrita no Serviço, para atendimento da demanda.

3. Ação – 2019 (Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE):

3.1 Objetivos: Garantir a qualidade dos produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

3.2 Estratégia de Ação:

Execução da Fiscalização: Em 2011 no setor de fiscalização de material genético animal, no Estado de Rondônia, podem ser salientados os seguintes aspectos:

As metas físicas foram estipuladas pelo DFIP (Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários- S D A / MAPA-Sede) diretamente no SIPLAN de maneira superestimada em relação ao preconizado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária –

SEFAG/DDA/SFA/RO. Após esta estimativa, foi criado um campo no SIPLAN com o item PROGRAMADO CORRIGIDO, onde foram inseridas as metas relativas ao PI feitas pelo SEFAG/DDA/SFA/RO. A programação do SIPLAN foi de dez (10) fiscalizações previstas inicial em 2011. O SEFAG/DDA/SFA/RO planejou no POA – 2011, seis (6) fiscalizações e executou no previsto corrigido seis (6) fiscalizações.

Dentro do que havia sido preconizado pelo SEFAG/SFA/RO, tanto no POA planejado, como no previsto corrigido, os objetivos foram alcançados na sua totalidade, uma vez que foram fiscalizados todos os estabelecimentos de produção e comercialização de material genético, em número de seis (6).

3.3 Comentários Finais:

Com Relação às Metas: Apesar da execução da meta ser feita apenas por um fiscal, o planejado para o cumprimento dos trabalhos, foi realizado (seis fiscalizações executadas).

Em 2011 o Serviço pode contar com um reduzido quadro técnico, equivalente a 1 Fiscal Federal Agropecuário, dedicado à ação, que também responde pela atividade de Fiscalização de Produtos Veterinários, auxiliando, também, na área de alimentação animal.

Os trabalhos de fiscalizações do PI FISCGENE foram realizados em viagens (conjunta), executadas com recursos dos Pis FISPROVET e FISCINAN.

Nas fiscalizações foram encontrados dois (2) estabelecimentos não conformes (foram cancelados os seus registros – RO06029 e RO06030 – Incubatório e Criatório de Ratitas, no município de Rolim de Moura – RO).

4. Ação – 2140 (Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FOSPROVET1):

4.1 Objetivos: Garantir a qualidade dos produtos ofertados seja farmacêuticos, biológicos e/ou farmoquímicos ao produtor rural, elevando o nível de sanidade com a prevenção e combate às moléstias infecto-contagiosas ou parasitárias que afetam o rebanho nacional.

4.2 Estratégia de Ação:

Execução da Fiscalização: Em 2011 no setor de fiscalização de produtos de uso veterinário, no Estado de Rondônia, podem ser salientados os seguintes aspectos:

As metas físicas foram estipuladas pelo DFIP (Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários - S D A / MAPA - Sede) diretamente no SIPLAN da maneira como foi preconizado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DDA/SFA/RO, NO POA – 2011 (136 fiscalizações). Após esta estimativa, no item PROGRAMADO CORRIGIDO do SIPLAN, foi inserida nova meta corrigida no item previsto corrigido com 124 fiscalizações previstas para o ano de 2011.

Dentro do que havia sido preconizado pelo SEFAG/SFA/RO os objetivos não foram alcançados na sua totalidade, uma vez que não foram fiscalizados todos os estabelecimentos de produção e comercialização de produtos veterinários.

4.3 Comentários Finais:

Com Relação às Metas: A deficiência de Fiscais, associada ao fato dos Fiscais da sede e do interior nem sempre estarem à disposição para este Serviço. Este fato foi um dos principais fatores que levou para o não cumprimento da meta programada.

Em 2011 o Serviço contou com um reduzido quadro técnico, equivalente a 1(um) Fiscal Federal Agropecuário, dedicado à ação, que também responde pela atividade de

Fiscalização de Material Genético (FISCGENE), auxiliando, também, na área de alimentação animal (FISCINAN).

III. CONCLUSÃO:

1. De um modo geral, os procedimentos de fiscalização previstos na legislação básica estão sendo realizados de modo ineficiente, em razão do número insuficiente de fiscais e de pessoal de apoio técnico nas unidades e da infra-estrutura física para a realização dos trabalhos.
2. A carência de recursos humanos é um dos maiores entraves a execução das ações, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativo não é suficiente para atender à demanda de trabalho. A insuficiência, principalmente de fiscais compromete a atividade de fiscalização, enquanto a de servidores de apoio ocasiona o desvio de fiscais para atividades não finalísticas, como atendimento ao público e digitação de dados.
3. Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos dentro do programado, esperamos ter cumprido as metas parcialmente, em função dos indicadores analisados. No geral o ano foi positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento, aquisição de material de consumo e permanente e prestação de serviços de terceiros.

FACE À RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SEFAG/DDA/SFA-RO, ENTENDEU-SE QUE PARA MELHORAR A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA DAS FISCALIZAÇÕES, SÃO FATORES DECISIVOS QUE SEJAM SUPERADAS AS SEGUINTE DISFUNÇÕES:

- a) À deficiência da realização dos procedimentos de fiscalização previsto na legislação básica, que tem como causas, dentre outras, o número insuficiente de fiscais nas duas unidades em Rondônia.
- b) O déficit de FFA's Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e de Pessoal de Apoio Técnico é de 50% nos PI's/SEFAG/DDA/SFA-RO.
- c) A ausência de auditoria e supervisão técnico-fiscal, operacional e gerencial nas atividades do SEFAG/DDA/SFA-RO pelos Departamentos de Fiscalizações de Insumos Agrícolas e Pecuários, para a correção das impropriedades nos procedimentos de fiscalização, com reflexos negativos sobre o desempenho do programa.

Programa : 6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Ação: 2B170000 - Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

Dados gerais

Tipo	Direta
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. DIEL – Departamento de Infraestrutura e Logística

Unidades Executoras	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAgs/SFAs/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Indicador(Unid. de Medida)	Porcentagem do número de contratos regulares
Fórmula do cálculo do índice	Porcentagem do número de contratos regulares em relação ao total de contratos fiscalizados
Coordenador de Ação Nacional-CAN	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida
Coordenador de Ação Estadual-CAE	Sebastião Ferreira Farias
Coord. Executivo de Ação Estadual-CEAE	Odorico Mendes Martins

Resultados e Comentários:

Tabela – Metas e Resultados das ações do **PI FISCONTRATO** nos meses de janeiro a dezembro/2011.

Meta Física	Previsto	Realizado	Fórmula R/P x 100
Análise Técnica de Planos de Trabalho de Contratos de Repasse no exercício-2011;	60	60	100 %
Parecer de Compatibilidade para aprovação dos planos de trabalho de Contratos de Repasse no Exercício-2011	60	60	100%
Propostas com planos de trabalho aprovados e efetivamente, contratadas-2011.	60	59	98,3%
Análise técnica e parecer de compatibilidade em Contratos de Repasse vigentes para ampliação de metas e aproveitamento de saldos	06	06	100%
Fiscalização de Contrato de repasse	06	06	100 %
Contratos de Repasse fiscalizados conformes	06	06	100 %
Realização de treinamento em serviço de fiscalização de técnicos da SFA-RO	02	02	100 %
Técnicos treinados em serviços de fiscalização	04	03	75 %
Divulgação do PRODESA em Colegiados/Reuniões Técnicas/Eventos Estaduais afins, representado a SFA-RO/MAPA	15	14	93,3%
Reuniões de nivelamento com a RSNGOV-PV/CAIXA	04	03	75 %
Orientação e atendimento de demandas de informações dos interlocutores estadual e municipais, sobre sistematização e padronização das informações e dados conjunturais mínimos que deverão constar da justificativa dos pleitos, recomendadas pelas páginas de nº 100 e 101 do Manual de Procedimentos sobre Convênios e Contratos de Repasse do MAPA	36	34	94,4 %
Fiscalização do CR 0176395-77/2005 em Buritis para verificação da utilização do objeto e atendimento de pendências causadas por falta de energia.	01	01	100 %
Meta Financeira	Previsto	Realizado	R/P x 100
Recursos de apoio as atividades	5.066,50	3.711,88	73,2%

Comentários Adicionais sobre os resultados do Programa:

i) Como ainda não houve a regionalização de recursos para esta atividade, por parte do Coordenador de Atividade Nacional - CAN, para o Coordenador de Atividade Estadual –CAE, o

desenvolvimento das ações e execução dos recursos se dão por demandas, conforme as prioridades e/ou emergências a serem atendidas, definidas pelo DIEL/SDC/MAPAMAPA;

ii) Pela importância do Programa para indução do desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário do Estado e dos municípios, bem como para apoio à produção agrícola e oferta de benefícios aos pequenos e médios produtores rurais, além de dar visibilidade e destaque aos esforços do MAPA, promovidos através da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG, da SFA-RO/MAPA. Para consecução desses objetivos, o MAPA não pode desprezar a urgente necessidade de se valorizar, fortalecer e apoiar, com quadro de pessoal adequado, proporcional às suas competências regimentais, a estruturação operacional daquelas organizações governamentais estratégicas, como SEMAGRICs, SEAGRI/RO, DPDAG/SFA-RO/MAPA e UTRAs/SFA-RO, que atuam na base das cadeias produtivas sustentáveis agropecuárias e florestais, que são os municípios e, onde também se dão, as transformações e dinâmicas agroambientais, sociais, culturais e econômicas do agronegócio, a exemplo do que foi feito estrategicamente, nos Estados, com a defesa agropecuária.

iii) No exercício, foram analisados tecnicamente e aprovados pela DPDAG/SFA-RO/MAPA, através do SICONV, 60 (sessenta) Planos de Trabalho, de propostas para utilização de recursos de investimentos do OGU-2011, oriundos de Emendas Parlamentares, via Contratos de Repasse-2011, sendo que desse total, apenas 59 (cinquenta e nove) foram efetivamente, contratados. O montante total de recursos envolvidos é da ordem de R\$ 17.226.169,00 (dezessete milhões, duzentos e vinte e seis mil e 169 reais), sendo que o total de recursos de repasse foi de R\$ 16.795.514,00 (Dezesseis milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e catorze reais), tendo como convenientes beneficiários, o Governo de Rondônia, com 02 propostas a serem implementadas através da SEAGRI/RO e mais, 33 municípios que implementarão as 57 propostas restantes.

iv) Cabe registrar-se, que o público-meta/beneficiários total, estimado, dos 59 contratos, em torno de 82.600 pessoas, ficou detalhado da seguinte forma : beneficiários diretos (tendo-se como referência 350 produtores por contrato), resultou em cerca de 20.650 produtores rurais; os beneficiários indiretos (tendo-se como referência 3 pessoas para cada produtor rural beneficiado diretamente, por cada contrato), resultou em aproximadamente, 61.950 pessoas. Isso, com certeza, refletirá na melhoria do IDH dos produtores rurais dos 07 Territórios da Cidadania de Rondônia, uma vez que os recursos do PRODESA/MAPA, abrangerá a todos.

v) Após essa operação e cumprido os trâmites legais entre a RSNGOV-PV/CAIXA, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, são formalizados e assinados os Contratos de Repasse, concluídos com a aprovação da prestação de contas dos proponentes das propostas pela RSNGOV-PV/CAIXA. O passo seguinte após essas etapas, será a fiscalização procedida pela DPDAG/SFA/RO/MAPA, para verificação do uso, manutenção e conservação dos bens adquiridos, bem como dos benefícios proporcionados pelo objeto, ao público-meta/beneficiários do PRODESA/MAPA;

vi) No exercício, foi realizada, com foco nos benefícios dos bens adquiridos, por técnicos da Sede da SFA-RO e das UTRAs/SFA-RO e sob a supervisão desta DPDAG/SFA-RO, a fiscalização de verificação da conformidade da utilização do objeto dos Contratos, pelos beneficiários, de 06 (seis) Contratos de Repasse do PRODESA/MAPA, sorteados para o período de 2006 a 2009, pelo DIEL/SDC/MAPA, assim distribuídos por município e por área de abrangência das UTRAs/SFA-RO: **1º) SEDE:** Porto Velho - 01 CR; **2º) UTRA-Ariquemes/SFA-RO:** Ariquemes-01 CR; Machadinho D'Oeste-02 CR; Alto Paraíso-01 CR; **3º) UTRA-Ouro Preto D'Oeste:** Mirante D'Oeste-01.

vii) Foi concluída fiscalização de conformidade do uso do objeto do CR MAPA/CAIXA nº 0176395-77/2005, celebrado com a Prefeitura de Buritis e onde ficou comprovado pelos fiscais da UTRA-Ariquemes, o atendimento das pendências de falta de instalação elétrica que impactava para o funcionamento dos equipamentos para benefícios dos produtores rurais, locais;

viii) Realizou-se no exercício, 03 (três) reuniões entre as equipes da DPDAG/SFA-RO e a RSNGOV-PV/CAIXA, para nivelamento de procedimentos e harmonização de normas no âmbito do PRODESA/MAPA, para agilização das demandas operacionais do programa.

Pontos Fortes e Fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
1- Motivação e elevado senso de profissionalismo e de responsabilidade da equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA e das UTRAs/SFA-RO/MAPA;	Déficit crônico de para estruturação das equipes técnicas da DPDAG/SFA-RO/MAPA e das UTRAs/SFA-RO/MAPA, para suporte às ações técnicas do MAPA rebatidas na Divisão;
2- Maior consciência sensibilidade de algumas autoridades da SDCMAPA, em conjunto com outras Secretarias, cujas ações são rebatidas nas DPDAGs/SFAs/MAPA, para a urgente necessidade de se fortalecer e estruturar-se a DPDAG/SFA-RO/MAPA e as UTRAs/SFA-RO/MAPA, nos termos de suas competências regimentais, para melhor servirem a sociedade;	Déficit crônico do N° de FFAs e de auxiliares técnicos/administrativos nas equipes da DPDAG/SFA-RO/MAPA e das UTRAs/SFA-RO/MAPA, que impactam uma maior presença do MAPA nos cenários agropecuário e florestal estadual e municipal, proporcionando-lhe maior visibilidade e destaque, também, através da racional implementações de ações de política agrícola, agroprodutivas sustentáveis, agroenergéticas, de desenvolvimento das cadeias agropecuárias, de valorização do associativismo e cooperativismo rural;
3- Oportunidade que se apresenta para que o MAPA, possa, a exemplo do Programa de valorização e fortalecimento da defesa agropecuária, atente para a necessidade urgente de apoiar um Programa de Valorização e Fortalecimento da Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário dos municípios, a partir do apoio a adequação estrutural, fortalecimento operacional e capacitação de pessoal técnico e de apoio das SEMAGRICs;	Inexistência de uma estratégia global da parte do MAPA, voltada a organizar e fortalecer estrutural e operacionalmente, a base e matriz geopolítica constitucional onde nasce o agronegócio, que são os municípios, p. ex.: com apoio e implementação de um Programa de Valorização e fortalecimento operacional das SEMAGRICs, para fortalecimento da Política, Produção Sustentável e Desenvolvimento Agropecuário dos municípios, a exemplo do que foi feito com a defesa agropecuária nos estados, a partir de 1999.

Ação: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DIEL/SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA.
Unidades Executoras	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG's/SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou exec.	Área territorial estadual
Coordenador da Ação Nacional -CAN	José Marçal dos Santos Júnior
Coordenador da Ação Estadual - CAE	Sebastião Ferreira Farias
Coordenador Executivo da	Odorico Mendes Martins

Ação Estadual - CEAE	
Unidade de Medida	Unidade
Fórmula	

.Resultados e Comentários:

Tabela – Metas e Resultados das ações do **PI FISCAGRIC1** nos meses de janeiro a dezembro de 2011

Meta Física	Previsto	Realizado	Fórmula R/P x 100
Fiscalização da conformidade de estabelecimentos prestadores de serviços agroagrícolas registrados no MAPA.	02	02	100 %
Renovação de Registro de Estabelecimento de empresa	01	01	100 %
Empresas fiscalizadas	03	02	63,3 %
Treinamento de Fiscal	02	01	50,0%
Participação em eventos sobre norma/legislação	01	01	100 %
Reunião com Coordenador Nacional da Ação	01	01	100 %
Reunião técnica com FFA e Técnicos da UTRA-Vilhena/SFA-RO/MAPA, para nivelamento da legislação e harmonização de procedimentos fiscais/administrativos	02	02	100 %
Meta Financeira	Previsto	Realizado	R/P x 100
Recursos de apoio às atividades	2.956,08	2.956,08	100 %

Comentários Adicionais sobre resultados do Programa:

- i) Das 10 (dez) fiscalizações anteriormente, elencadas como metas físicas, 08 (oito) delas, àquelas relacionadas a atividades de campo, tiveram que ser desprezadas na reprogramação física do previsto Corrigido do SIPLAN, devido as empresas registradas na SFA-RO, informarem que a execução das atividades agroagrícolas por suas firmas, se deram em outros estados, daí resultar apenas em 02 (duas) fiscalizações de conformidade das empresas registradas ;
- ii) Pela importância da atividade agroagrícola para o desenvolvimento, modernização e fortalecimento do setor agropecuário do Estado e dos municípios onde ela acontece, para consecução desses objetivos, não se pode perder o foco na urgente necessidade de se valorizar e estruturar-se a DPDAG, com quadro de pessoal adequado, proporcional às suas competências regimentais, corrigindo-se assim, o histórico déficit crônico existente, para maior produtividade e geração de maiores resultados ambientais, sociais e econômicos para às populações rurais e para a economia agrícola estadual;
- iii) Foram realizadas 02 (duas) fiscalizações de conformidade das empresas registradas, no exercício de 2011, uma em cada semestre, assim como a renovação de Registro de Estabelecimento de uma empresa;
- iv) Os recursos referentes a material de consumo e outros serviços de terceiros foram aplicados diretamente, pelo setor administrativo da SFA-RO/MAPA, na compra de combustíveis e manutenção dos veículos, para apoio aos trabalhos de fiscalização realizados pelos FFAs, auxiliados pelos técnicos da UTRA-Vilhena/SFA-RO/MAPA;
- v) Os recursos de diárias, foram utilizados no custeio de deslocamento dos FFAs para execução das ações de fiscalização da Atividade, bem como na participação de eventos nacionais, afins a atividade;

vi) Realizou-se ainda 02 (duas) reuniões técnicas com FFAs e Técnicos da UTRA-Vilhena/SFA-RO/MAPA, para nivelamento da legislação e harmonização de procedimentos fiscais/administrativos da Atividade.

Pontos Fortes e Fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
1- Motivação e elevado senso de profissionalismo e de responsabilidade da equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA, que apesar da insuficiência numérica de talentos humanos, se desdobra para atender as demandas por ordem de urgência;	Déficit crônico do N° de FFAs e de auxiliares técnicos/administrativos na equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA (02 FFAs para 12 PIs), desvio desse, que urge sua correção, para dinamização e para maior produtividade e agilidade no atendimento com qualidade, das demandas da sociedade;
2- Maior consciência e sensibilidade das autoridades do MAPA, para a necessidade de se fortalecer e estruturar-se as DPDAGs/SFAs/MAPA, nos termos de suas competências regimentais, para que elas em suas bases operacionais, tenham condições de dar respostas em tempo real, às da sociedade ;	Déficit crônico do N° de FFAs e de auxiliares técnicos/administrativos na equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA (02 FFAs para 12 PIs), desvio desse, que urge sua correção, para dinamização e para maior produtividade e agilidade no atendimento com qualidade, das demandas da sociedade;
3- Oportunidade que se apresenta para que o MAPA, possa, a exemplo do Programa de valorização e fortalecimento da defesa agropecuária, elaborar e apoiar a implementação de um Programa Estratégico de valorização e fortalecimento da Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário Sustentável, com foco nos municípios com maior potencial agro-produtivos, a partir da adequação e capacitação de pessoal técnico e de apoio e, do fortalecimento operacional das SEMAGRICs;	Inexistência de uma estratégia global/ Programa de valorização das SEMAGRICs e fortalecimento da Política, Produção Sustentável e Desenvolvimento Agropecuário dos municípios, implementada pelo MAPA, a exemplo do que foi feito com a defesa agropecuária a partir de 1999, onde dependendo do caso, aí esteja inserida a Atividade aeroagrícola.

Ação: 8611 – Apoio a Pequeno e Médio Produtor Rural – APPRODUTOR

Dados Gerais

Tipo	Direta
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. CGPI – Coord. Geral de Parcerias Institucionais
Unidades Executoras	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou exec.	Área territorial estadual
Coordenador da Ação Nacional -CAN	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida
Coordenador da Ação Estadual	Sebastião Ferreira Farias

- CAE	
Coordenador Executivo da Ação Estadual - CEAE	Odorico Mendes Martins
Unidade de Medida	Nº de projetos (Oficinas)
Fórmula	Percentagem = (nº de projetos/oficina realizadas em pólos produtivos/ nº de Projetos/oficinas aprovados MAPA) x 100

.Resultados e Comentários:

Tabela – Metas e Resultados das ações do **APPRODUTOR** nos meses de janeiro a dezembro

Meta Física	Previsto	Realizado	Fórmula R/P x 100
Acompanhamento in loco/ Fiscalização da execução de Convênios celebrados pela SDC/MAPA, com Associações Rurais, para apoio a realização de Exposições e Feiras Agropecuárias, indicadas pela CGPI/DIEL/SDC/MAPA	14	09	70,8 %
Índice de conformidade da execução dos 09 convênios acompanhados in loco/ Fiscalizados em sua execução.	09	09	100 %
Estimativa do público total presente/ beneficiado pelos 09 eventos viabilizados pelos convênios	225.000	225.000	100,0%
Recursos liberados para apoio aos eventos viabilizados pelos 09 convênios celebrados e autorizados	175.000,00	175.000,00	100 %
Emissão de Pareceres Técnicos Conclusivo sobre a execução de Convênios, favoráveis.	14	09	70,8%
Atendimento a demandas de informações técnica e orientações dos convenientes sobre a operacionalização do SICONV, cuidando da qualidade dos dados e tempestividade na sua alimentação, harmonizados com os procedimentos legais e normas para a conformidade da execução de convênios, em benefício da sociedade.	14	14	100,0%
Reuniões técnicas com parceiros	03	2	66,3 %
Meta Financeira	Previsto	Realizado	R/P x 100
Recursos de apoio as atividades	18.873,21	17.225,52	91,3 %

Comentários Adicionais sobre resultados do Programa:

- i) Como ainda não houve a regionalização de recursos para esta atividade, por parte do Coordenador de Atividade Nacional-CAN para o Coordenador de Atividade Estadual –CAE, o desenvolvimento das ações e execução dos recursos se dão por demandas, conforme as prioridades e/ou emergências a serem atendidas;
- ii) Pela importância do Programa para o desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário do Estado e dos municípios, para apoio e benefícios aos pequenos e médios produtores rurais, bem como para destacar os esforços do MAPA, através da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário-DPDAG, da SFA-RO/MAPA, para consecução desses objetivos, não se pode perder o foco na urgente necessidade de se valorizar e estruturar-se a DPDAG, com quadro de pessoal adequado, proporcional às suas competências regimentais, corrigindo-se assim, o histórico déficit crônico existente, para maior produtividade e geração de maiores resultados ambientais, sociais e econômicos para às populações rurais.
- iii) Foram acompanhados/fiscalizados in loco, no exercício de 2011, a execução de 09 convênios celebrados entre o MAPA/SDC e Associações Rurais de Rondônia, conforme discriminadas na relação abaixo, cujo objeto principal era apoiar a realização de

Exposições/Feiras Agropecuárias no municípios relacionados. Os recursos totais autorizados, foram em torno de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) e o público estimado presente/beneficiado com os eventos, foram da ordem de 225.000 pessoas.

PERÍOD O	EVENTO	CONVÊNIO Nº	VALOR (R\$)	RESP. ACOMP. IN LOCO	PORT. NOM. Nº	SITUAÇÃO DA FISCALIZ. DA EXEC. DO CONV.
26/05 a 29/05	5ª EXPOCER - FEIRA AGROPECUÁRIA – Cerejeiras ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CEREJEIRAS – CNPJ 02.696.116/0001-32	755463/2011	20.000,00	AFONSO JOSÉ BACK	90/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO
15/06 a 19/06	9ª EXPOESTE- Exposição Agropecuária de Espigão D'Oeste ASSOCIAÇÃO RURAL DE ESPIGÃO DO OESTE – CNPJ – 04.562.708/0001-97	755632/2011	20.000,00	AVIDES BETTERO	120/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO
16/06 a 19/06	EXPOBRAS –Feira de Exposição Agropecuária de Nova Brasilândia ASSOCIAÇÃO RURAL DE NOVA BRASILANDIA DO OESTE – CNPJ 63.610.299/0001- 16	755634/2011	20.000,00	OLINDO ANTONIO LENZI	123/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO

22/06 a 26/06	AGRISHOW JARU 2011 – Feira da Agricultura, Pecuária, Industrial e Comercial de Jarú ASSOCIAÇÃO AGRORURAL DE JARU – CNPJ 07.858.155/0001-02	755718/2011	20.000,00	VALDIR JOSÉ DA SILVA	127/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO
08/07 a 09/07	I FICOP – I Feira Industrial e Comercial de Pimenta Bueno CPNJ – 06.161.492/0001-83	755698/2011	15.000,00	PAULO ROBERTO MARTINS DA ROCHA	132/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO
14/07 a 17/07	6ª RURAL FEST - Exposição Agropecuária de Alto Alegre ASSOCIAÇÃO RURAL E RECREATIVA DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO CNPJ 06.330.128/0001-08	755840/2011	20.000,00	OLINDO ANTONIO LENZI	150/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO
22/07 a 24/07	5ª EXPOARCIS – Exposição Agropecuária de Seringueiras ASSOCIAÇÃO RURAÇ	755891/2011	20.000,00	OLINDO	159/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO

	COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SERINGUEIRAS CNPJ – 08.946.175/0001-06			ANTONIO LENZI		
27/07 a 31/07	EXPOALTA - Exposição Agropecuária de Alta Floresta ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTA DE ALTA FLORESTA DO OESTE CNPJ – 63.787.188/0001-80	755879/2011	20.000,00	LUIZ ALBERTO NUNES QUIRINO	155/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO
29/07 A 31/07	FEIRA AGROPECUÁRIA- Exposição Agropecuária de MIRANTE DA SERRA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE MIRANTE DA SERRA CNPJ 09.192.536/0001-20	755877/2011	20.000,00	MARLON GONÇALVE S HOLANDA	154/2011	RELATÓRIO DE ACOMPANHAME NTO/FISCALIZAÇ ÃO COM PARECER CONCLUSÍVO

iv) Os recursos referentes a material de consumo e outros serviços de terceiros foram aplicados diretamente, pelo setor administrativo da SFA-RO/MAPA, na compra de combustíveis e manutenção dos veículos, para apoio aos trabalhos de acompanhamento/fiscalização in loco, da execução dos convênios autorizados, pelos técnicos da UTRAs/SFA-RO/MAPA, nomeados para esse fim.

v) Os recursos de diárias, foram utilizados nas ações de acompanhamento/fiscalização in loco da execução dos convênios pelo técnicos nomeados pela SDC/MAPA, bem como no custeio de deslocamento da chefia da DPDAG/SFA-RO/MAPA e condutor, por determinação do Senhor Superintendente Federal, para participar como representante da SFA-RO/MAPA no Seminário sobre Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural de Rondônia, promovido pela SEAGRI no CENTRER/EMATER/RO, no dia 06.05.2011, no município de Ouro Preto D'Oeste, assim

como representante da SFA-RO/MAPA e palestrante, apresentando o Programa ABC, na Reunião Técnica sobre o Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas do Estado de Rondônia, realizada em Rio Crespo, no dia 23.09.2011. As demais aplicações, se deram por solicitação do Senhor Superintendente, para custearem de forma solidária com a DDA/SFA-RO, despesas com deslocamentos de técnicos das UTRAS/SFA-RO/MAPA para Porto Velho, a convite da direção da SFA-RO, para participarem de força-tarefa responsável pelo levantamento patrimonial e reorganização do arquivo morto da área técnica da SFA-RO.

vi) Realizou-se ainda 02 (duas) reuniões entre as equipes da DPDAG/SFA-RO/MAPA e parceiros, para nivelamento de procedimentos e harmonização de normas, para agilização das demandas operacionais do programa, bem como orientações aos fiscais das UTRAS/SFA-RO/MAPA, aos técnicos das convenientes, etc, via e-mail e telefone, sobre a necessidade de atentarem para cumprimento da legislação e normas sobre o assunto, das boas práticas da execução de convênios e assegurar-se atingimento pleno do objeto.

Pontos Fortes e Fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
1- Motivação e elevado senso de profissionalismo e de responsabilidade da equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA, que apesar das dificuldades, se desdobra para atender as demandas por ordem de urgência;	Déficit crônico do Nº de FFAs na equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA (02 FFAs para 12 PIs), desvio desse, que urge sua correção, dinamização, maior produtividade e agilidade no atendimento das demandas das ações técnicas da Divisão, pela sociedade;
2- Maior consciência e sensibilidade das autoridades do MAPA, para a necessidade de se fortalecer e estruturar-se s DPDAGs/SFAs/MAPA, nos termos de suas competências regimentais, para que elas em suas bases operacionais, tenham condições de dar respostas em tempo real, às demandas da sociedade ;	Déficit crônico do Nº de auxiliares técnico/administrativo na equipe da DPDAG/SFA-RO/MAPA;
3- Oportunidade que se apresenta para que o MAPA, possa, a exemplo do Programa de valorização e fortalecimento da defesa agropecuária, elaborar e apoiar a implementação de um Programa Estratégico de valorização e fortalecimento da Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário Sustentável, com foco nos municípios com maior potencial agroprodutivos, a partir da adequação e capacitação de pessoal técnico e de apoio e do fortalecimento operacional das SEMAGRICs;	Inexistência de uma estratégia global/ Programa de valorização das SEMAGRICs e fortalecimento da Política, Produção Sustentável e Desenvolvimento Agropecuário dos municípios, implementada pelo MAPA, a exemplo do que foi feito com a defesa agropecuária a partir de 1999.
4- Disponibilidade de Maior apoio do MAPA, com equipamentos e implementos agrícolas que racionalizados em conjunto com as forças políticas e assessorias de cada área, sua utilização pelas SEMAGRICs, através de um Plano Estratégico de Fortalecimento do Agronegócio Sustentável, a partir dos municípios com maiores potenciais agroprodutivos, onde está a base de tudo, bem como para que elas fortalecidas operacionalmente, prestem maiores e melhores benefícios às cadeias agroprodutivas, à logística e infra-estrutura física de apoio ao desenvolvimento agropecuário, produção sustentável e agroindustrialização, melhoria da qualidade dos produtos e aumento da renda e bem-estar aos pequenos produtores rurais locais e de suas famílias;	Dificuldades que a maioria dos municípios apresentam na racionalização do uso planejado e conservação dos seus recursos naturais renováveis, dos equipamentos e implementos agrícolas em benefício dos pequenos e médios produtores rurais, e ainda, do desenvolvimento sustentável do seu setor agropecuário, por carência de equipes técnicas adequadas, profissionalizadas e permanentes;
Oportunidade para que os técnicos dos órgãos centrais do MAPA, das SFAs/MAPA, das UTRAS/SFAs/MAPA, dos Parlamentares e seus Assessores, dos Secretários e Técnicos das Prefeituras e dos técnicos da CAIXA envolvidos com o PRODESA/MAPA, assumam o compromisso de fazer com que os Convênios, e demais mecanismos de parcerias, atentem para o que sugerem as páginas de nº 100 e 101 do Manual de	Ausência de consciência e compromisso das pessoas envolvidas nos pleitos que os encaminham sem atentarem para a obrigação de incluírem informações e dados que os amparem legalmente, e auxiliem na agilização das análises técnicas das propostas e/ou planos de trabalho que sem isso, acaba contribuindo para resserviços que só atrasam

Procedimentos-Convênios e Contratos de Repasse do MAPA, referente ao enriquecimento da justificativa de cada pleito dos proponentes, com informações e dados conjunturais do município, do Estado ou região, a fim de facilitar a análise técnica de viabilidade e aprovação das propostas e dos Planos de Trabalho, sem as quais, os pleitos devem ficar pendentes.	e impactam a agilidade na tramitação dessas matérias, onde na maioria delas, nem o público beneficiário direto e indireto, figura e nem o potencial produtivo local é destacado.
--	--

7 - Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

7.1 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 7 - Situação Dos Restos A Pagar De Exercícios Anteriores

Quadro 7 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	8.454.356,46	37.898,34	8.416.458,12	-
2009	59.997,36	2.180,03	36.214,04	
2008...	33.928,59	--	22.591,95	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.770.211,37	63.316,72	1.741.786,76	
2009	830.163,05	183.186,93	--	
2008	1.791.181,52	312.435,70	1.426.878,23	
Observações:				

Fonte: Setorial Contábil/DF

Análise Crítica :

Em razão dos créditos orçamentários, na grande maioria, só serem descentralizados no quarto trimestre do exercício, onde a Superintendência não possui Consultoria Jurídica, tendo de enviar seus processos para análise e parecer à Consultoria Jurídica de Brasília – DF, onde a demora para análise geralmente são de dois a quatro meses o seu retorno dificultando a conclusão dos processos licitatórios e principalmente a entrega do material adquiridos ou serviços prestados pelos fornecedores no exercício, ficando assim em Restos a Pagar.

8 - Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 123, de 24/11/2010.

8.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		141		8
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		141		8
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		9		3
1.4.2 Removidos				1
1.4.3 Licença remunerada		9		
1.4.4 Licença não remunerada		1		
2 Provimento de cargo em comissão		7		1
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		7		1
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		7		1
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	1	1	1	
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas		16		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		16		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	1	184	1	13

Fonte:SGP/SAD/SFA-RO

8.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
Quadro 9

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

8.3 - QUADRO 10 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	7	7	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	16	16		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	23	23	1	1

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

8.4 - Quadro 11 - Quadro Composição Do Quadro De Recursos Humanos Por Faixa Etária
QUADRO 11 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	5	5	45	81	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	2	4	-
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1		1	5	
2.3. Funções gratificadas			5	7	2
3 - Totais	6	6	53	97	22

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

8.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Quadro 12

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	8	2	87	42			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença				1	11	2			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	5			
2.3. Funções gratificadas					12	2			
3. Totais : SGP/SAD/SFA-RO		1	8	3	112	51			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

8.6 - Composição Do Quadro De Servidores Inativos

QUADRO 13 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores aposentados até 31/12	Aposentadorias iniciadas em 2011
1 Integral		
1.1 Voluntária	50	8
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	5	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3 – Totais	56	8

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

8.7 - QUADRO 14 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Integral	9	3
2. Proporcional	3	

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

8.8 - QUADRO 15 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	7	6	6	6	
• Área Fim	2	2	2	2	
• Área Meio	5	4	4	4	
Nível Médio	6	8	8	6	
• Área Fim	4	6	6	4	
• Área Meio	2	2	2	2	

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

Análise Crítica:

A SFA/RO conta hoje com 33 agentes administrativos sendo que deste total somente 12 exercem suas funções na sede da Superintendência, estando os outros 21 localizados nos municípios do Estado de Rondônia causando com isso uma carência de Agentes Administrativos para exercerem as atividades necessárias para o bom funcionamento da instituição causando sobrecarga em determinadas funções e deficiência nos serviços executados por esta parcela de servidores.

Com referência ao Quadro 21, Composição do quadro de estagiários, informamos que a coluna custo do exercício consta valores por que a SFA/RO não é Unidade Orçamentária e portanto não realiza os pagamentos dos proventos do estagiários sendo os mesmos realizados pelo CGRH/SPOA/MAPA.

Informamos que não houve terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos da SFA/RO.

9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

9.1 - Contratos De Prestação De Serviços De Limpeza E Higiene E Vigilância Ostensiva

QUADRO 16 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia													
UG/Gestão: 130083						CNPJ: 00.396.895/0036 - 55							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	4/2010	84.624.329/0001-13	12/07/10	12/07/12	5						P
2011	V	O	1/2011	10.570.899/0001-31	01/01/11	29/04/12	4						A
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SAD/SFA/RO

10 - Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

10.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro 17 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia									
CNPJ: 00.396.895/0036 - 55					UG/GESTÃO: 130083				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	743713/2010	03.092.697/0001 - 66	1.085.957,60	199.557,60	886.400,00	886.400,00	01.07.10	30.05.11	1
1	743132/2010	03.092.697/0001 - 66	8.066.038,60	1.353.650,00			01.07.10	30.06.11	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SAD/SFA/RO

OBS.: O Convênio nº 743132/2010, foi assinado mas não houve o repasse financeiro, ficando o repasse financeiro e a execução para o exercício de 2011.

10.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro 18 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia						
CNPJ: 00.396.895/0036 - 55			UG/GESTÃO: 130083			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	0	02	0	0	886.400,00	8.066.038,60
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte : SAD/SFA/RO

10.3 - Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro 19 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia					
CNPJ: 00.396.895/0036 - 55			UG/GESTÃO: 130083		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	02		8.066.038,60		100
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: SAD/SFA/RO

10.4 - Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro 20 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia				
CNPJ: 00.396.895/0036 - 55			UG/GESTÃO: 130083	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	01	
		Montante Repassado		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	01	
		Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas		
2010	Contas prestadas	Quantidade	01	
		Montante Repassado (R\$)	10.581.038,20	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		

Fonte: SAD/SFA/RO

10.5 - Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 21 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia						
CNPJ: 00.396.895/0036 - 55			UG/GESTÃO: 130083			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados				Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas					
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade				
		Montante repassado (R\$)				
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
		Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas				01	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		10.581.038,20		
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado (R\$)				
2009	Quantidade de contas prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado				
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado				

Fonte: SAD/SFA/RO

Análise Crítica:

Informação (Convênio MAPA – IDARON – Área Vegetal)

Referente à estrutura, processo de fiscalização e acompanhamento “in loco” do Convênio 743713/2010/MAPA/SFA-RO-IDARON, registrado no SINCONV Nº 743713/2010, informamos que o técnico designado por portaria do Srº Superintendente Federal de Agricultura em RO, de acordo com o Art.º 51 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGV Nº 127 de 29/05/2008, vem realizando os trabalhos de fiscalização e acompanhamento “in loco” da execução das metas programadas, conforme cronograma de execução.

A metodologia consiste em visitas de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos nas Unidades de Produção (prod. rurais) e Escritórios Seccionais e Regionais do IDARON.

São elaborados Termos de Supervisão de Convênio, com registro das informações obtidas, conferência de registro patrimonial de equipamentos adquiridos, comprovação de utilização destes equipamentos para ações objeto de convênio, registro com fotos de equipamentos e ações comprovando a execução das metas.

Todas informações obtidas objetivam a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das metas programadas.

QUADRO 22 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com o envolvimento dos representantes das áreas estratégicas (administrativa e técnica) da SFA/RO: Chefe do Serviço Administrativo; Chefe do Serviço de Planejamento e Acompanhamento, Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária e Superintendente, sendo realizadas reuniões semanais para avaliação de estratégias a serem desenvolvidas, para o atingimento das metas propostas. Obs.: Informamos que não existe um setor específico de Controle Interno na UJ, sendo o mesmo executado pela AECI/MAPA e externo pela CGU.					

QUADRO 23 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? A exemplo citamos aquisição de cama especificada como madeira maciça e não “MADEIRA DE LEI”					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). A empresa contratada utiliza produtos biodegradáveis.					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta: Ainda não se tem como fazer esta avaliação, em virtude das melhorias serem recentes, no entanto prefere-se os bens modernos e como pode-se observar em suas etiqueta atende a letra “A”.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foi adquirido papel reciclado através de permuta com a Sec. da Pesca/RO.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Utilizamos na especificação do item a exemplo adquirindo veículo de combustão ‘FLEX’.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A exemplo no exercício de 2011 contratamos empresa para remanufaturar “tonner”.					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Ocorreram atividades relativas ao item inclusive nomeando uma comissão para tratar do assunto formalmente.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas					X

para os seus servidores.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Resposta: Ocorreu palestra de conscientização sobre o meio ambiente e sua preservação.					
Considerações Gerais: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com o envolvimento do Chefe do DDA, Superintendente, Chefe do SePA. As normativas e legislações são recentes e foi, e está sendo, necessária uma adequação dos servidores as mesmas.					

13 - PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

Quadro 24 – Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Rondônia	Σ	Σ
	Município Guajará Mirim	1	1
	Município Porto Velho	1	1
	Município Vilhena	1	1
	Subtotal Brasil	03	03
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	Cidade 1	-	-
	Cidade 2	-	-
	Cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	Cidade 1	-	-
	Cidade 2	-	-
	Cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SPIUNET e Informações do Setor de Patrimônio.

**QUADRO 25 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO
SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130083	0001.000 75.500-0	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	58.292,10	31/12/2010	58.292,10		-
130083	0003.003 44.500-8	Entrega- Adm. Fed. Direta	Muito Bom	1.220.730,70	31/12/2010	1.220.730,70	130,693,73	-
130083	0013.000 40.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	682.224,86	31/12/2010	682.224,86		-
TOTAL						1.961.247,66		

Fonte: SPIUNET, Informações do Setor de Manutenção Predial e SIAFI.

Análise Crítica

A Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO tem a gestão dos imóveis onde funcionam a sede e dois escritórios interiorizados já regularizados junto a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, cadastrados no Sistema SPU – NET, daquele órgão, conforme segue:

a) A área do prédio localizada em Porto Velho – RO, na rodovia BR 364, km 5,5, sentido Cuiabá, e encontra – se em encontra – se na CONJUR/MAPA o processo para a reversão de mais uma parcela para a Organização dos Povos Indígenas Kassupá e Salamai. Deve-se ressaltar que neste espaço remanescente estão localizadas uma Igreja e uma Escola Estadual. Em função da extensão e localização da área da Superintendência ser às margens da BR 364, que está sendo ampliada e estar contígua a área cedida para a UNIR, que está com várias residências desocupadas e a área sem conservação, a SFA/RO tem que despender grandes esforços para manutenção e vigilância dos prédios e bens. Durante o ano de 2010 iniciaram-se reformas nos prédios (principal – sede e almoxarifado), envolvendo reparos (pintura, piso, divisórias e forro), reforma elétrica e instalação de ar condicionados, concluídas no exercício de 2011.

b) um prédio situado em Guajará Mirim – RO e espaço para atracadouro, utilizada como Unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária – UVAGRO, localizada às margens do rio Mamoré, sendo que não houve recursos para reforma, necessitando, então, de investimentos para reforma e ampliação com embarcadouro.

c) 01 prédio situado em Vilhena – RO, às margens da BR 364, divisa com o estado do Mato Grosso, que funciona como posto avançado de fiscalização agropecuária. Levando-se em conta que o prédio está em razoável estado de conservação, necessita-se de investimento para reformas, havendo necessidade de construção de cerca da área e reforma e ampliação do prédio.

d) A avaliação afirmada no quadro 34 foi extraída do SPIU através de consulta ao sistema que reflete a situação atual no sistema e não a data de sua avaliação.

14 - PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

QUADRO 26 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: Reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com as informações prestadas pela chefia do SePASFA-RO.					

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

15.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro 27

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão do 2ª Câmara/TCU nº 2.444/2011	Item 9.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO			
Descrição da Recomendação:			
Acórdão 2.444/2011-TCU-2ª câmara			
Item 9.3 – Determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondonia, que no prazo de 15 dias, contados da ciência desta decisão. Faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como relatório e voto que o fundamentam à Srª Magnan Sathler Bonfim, à responsável pelos menores Aldo Pereira de Araújo Neto e Augusto Pereira de Araújo			

Sathler, e no prazo de 30 dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão, emita novo ato de concessão de pensão em favor de Aldo Pereira de Araújo Neto e Augusto Pereira de Araújo Sathler, submetendo – o à apreciação deste Tribunal, nos termos do parágrafo 1º do Art. 15 da IN/TCU nº 55/2007 e determinar à SEFIP que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos sbitens anteriores a este Tribunal, caso necessário.

15.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Quadro 28

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão do 2ª Câmara/TCU nº 2.444/2011	Item 9.3	
02	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 2.1.1.1	
03	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 2.1.1.2	
04	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 2.1.1.3	
05	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.1.1.1 – Recomendação 01	
06	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.1.1.1 – Recomendação 02	
07	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.2.2.1	
08	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.2.2.1	
09	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.2.2.2	
10	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.2.2.2	
11	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.2.3.2	
12	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 3.2.3.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO			
Descrição da Recomendação:			
Acórdão 2.444/2011-TCU-2ª câmara			
Item 9.3 – Determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondonia, que no prazo de 15 dias, contados da ciência desta decisão. Faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como relatório e voto que o fundamentam à Srª Magnan Sathler Bonfim, à responsável pelos menores Aldo Pereira de Araújo Neto e Augusto Pereira de Araújo Sathler, e no prazo de 30 dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão, emita novo ato de concessão de pensão em favor de Aldo Pereira de Araújo Neto e Augusto Pereira de Araújo Sathler, submetendo – o à apreciação deste Tribunal, nos termos do parágrafo 1º do Art. 15 da IN/TCU nº 55/2007 e determinar à SEFIP que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos sbitens anteriores a este Tribunal, caso necessário.			
Relatório de Auditoria nº. 201109035			
Item 2.1.1.2 – Manutenção de servidores cedidos sem a manutenção anual. Recomendação à Unidade que proceda a instrução de processo de prorrogação para cessão concedida, regularizando a situação da servidora ou efetue a revogação do ato, nos termos do art. 2º do Decreto No. 050/2001.			
Item 2.1.1.3 - Impropriedades no controle da entrega de cópias das declarações de bens e rendas exigidas pela Lei no. 8.730/93 ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações. Recomendação à Unidade que proceda a revisão do procedimento de controle de entrega das declarações de bens e rendas ou autorizações de acesso eletrônico para que este seja realizado em atendimento ao art. 1º da Lei no. 8.730/1993.			
Item 3.1.1.1 – Recomendação 01 - Última avaliação dos bens imóveis em discordância com a validade estabelecida pela Orientação Normativa GEADE-004/2003. Recomenda-se que o gestor envie esforços no sentido			

de regularizar a validade da avaliação dos imóveis sob responsabilidade da Unidade.	
Item 3.1.1.1 - Recomenda-se 02 – Recomenda-se que o gestor implemente rotinas de trabalho no sentido de manter as informações do SPIUnet atualizados e condizentes com a realidade da Superintendência.	
Item 3.2.2.1 – Recomendação 01 - Inadequação quanto aos aspectos da oportunidade e conveniência da utilização da dispensa de licitação. Recomenda-se que o gestor envie esforços no sentido de manter a correspondência da fundamentação da modalidade licitatória em todos os documentos constantes no processo.	
Item 3.2.2.1 – Recomendação 02 – Recomenda-se que o gestor oriente os servidores no sentido de observar as exigências dispostas na Lei 8.666/93, referentes à formalização dos processos de dispensa.	
Item 3.2.2.2 – Recomendação 01 - Inconsistências nos editais de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada. Recomenda-se que a Unidade faça constar dos editais das licitações vindouras todas as cláusulas essenciais previstas no artigo 40 da Lei 8.666/93, e no caso de contratos de terceirização de mão-de-obra, as previstas no artigo 19, da IN/SLTI/MPOG no. 02/2008, de forma a evitar transtornos nas futuras contratações.	
Item 3.2.2.2 – Recomendação 02 – Abstenha-se de estabelecer nos editais de licitação para contratação de serviços de terceirização de mão de obra, a quantidade de empregados para atender o futuro contrato, observando a vedação contida no artigo 20 da IN/SLTI/MPOG no. 02/2008.	
Item 3.2.3.2 – Recomendação 01 Realização de despesas por inexigibilidade de licitação sem a formalização prévia do processo administrativo, sem respaldo contratual e sem prévio empenho. Recomenda-se à Unidade que, nos casos de inexigibilidade de licitação, instrua previamente o processo administrativo fazendo constar a justificativa do gestor quanto a escolha da contratação por inexigibilidade, ratificação do ato por autoridade superior, publicação na imprensa oficial e justificativa de preços, conforme preceitua o artigo 26 da Lei 8.666/93.	
Item 3.2.3.2 – Recomendação 02 – Abstenha-se de realizar despesas sem prévio empenho, observando o disposto no artigo 60 da Lei 4.320/64.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
GAB e SPA e SAD /SFA/RO	
Síntese das providências adotadas:	
Acórdão do 2ª Câmara/TCU nº 2.444/2011	
Item 9.3 – Em cumprimento a determinação do TCU foi montado o processo nº 21046.000792/2011 – 27, o qual foi encaminhado após análise no DIAP/COPES/CGAP, foi providenciado cessar imediatamente o pagamento da pensão à srª Magnan Sathler Bonfim e integralizar as cotas aos beneficiários Aldo Pereira de Araújo Neto e Augusto Pereira de Araújo Sathler, conforme Despacho nº 293/2011/ DIAP/COPES/CGAP, fl 28 do processo.	
Relatório de Auditoria nº. 201109035	
Item 2.1.1.1 – As falhas levantadas pela auditoria, no pagamento de insalubridade aos servidores da UVAGRO Guajará Mirim e da UTRA de Vilhena em cargos de natureza não agropecuária deveram-se como já esclarecido durante o processo de auditoria a falta de tempo/pessoal para efetivar a revisão que a atual gestão estava realizando desde setembro de 2009. Foram emitidas novas portarias de localização aos servidores das duas unidades, explicitando àqueles de natureza não agropecuária que realizar somente atividades exclusivas inerentes a seu cargo. Comunicado oficialmente aos chefes das unidades serem de sua responsabilidade fazer cumprir as referidas portarias. Foi suspenso o pagamento do adicional de insalubridade na folha de pagamento e dado ciência a cada servidor. Atendendo os artigos 10 e 11 da ON/SRH no. 02/2011, por ter havido mudanças na organização na sede da SFA/RO pela Portaria no. 428/2010 foi realizado novo Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade – LTCAT/2011 e enviado ao SGP/SAD/SFA-RO para realizar a devida atualização.	
Item 2.1.1.2 - As falhas levantadas pela auditoria serão sanadas pelo SGP/SAD/SFA-RO na implantação de um sistema de controle mais eficaz dos servidores cedidos, devendo estes e seus órgãos de localização atual ser informados com antecedência da data de retorno. O processo de prorrogação da cessão sob o no. 21000009708/2011-67 encontra-se na SE/MAPA para ser publicada a Portaria.	
Item 2.1.1.3 – A Seção responsável pelo controle e guarda dos documentos foi orientada a proceder um controle mais efetivo e proceder a mudanças na guarda das declarações, devendo ser em envelope lacreado (sob sigilo). Rol dos servidores que exercem cargos comissionados ou função de confiança estar devidamente atualizado em uma relação que apresenta o número do CPF, cargo exercido durante o ano, número das portarias, datas de nomeação/exoneração e data de entrega das declarações/autorização.	
Item 3.1.1.1 – Recomendação 01 - A SFA propõe as seguintes providências: orientar os servidores do SAD/SFA – RO, especificamente a responsável pelo setor de patrimônio, a necessidade do atendimento da Orientação Normativa GEADE-004/2003. Os servidores (Chefe do SAD e Chefe do SMP) participaram de capacitação em SPIUnet em Oficina de Capacitação promovida pela Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia. A comissão de levantamento patrimonial visitou as duas Unidades descentralizadas da SFA-RO localizadas em Vilhena e Guajará Mirim visando conhecimento e das mesmas e avaliação das suas condições de manutenção.	

Oficializou-se o SPU-RO quanto a necessidade deste órgão disponibilizar um engenheiro para a realização da avaliação dos imóveis com vista a atualização dos dados do SPIU NET. Quando da vinda do engenheiro (SPU-RO) será feito treinamento de uma servidora do quadro da SFA-RO (arquiteta) localizada em Vilhena para proceder as avaliações subseqüentes.
3.1.1.1 - Recomendação 02 – A SFA propõe que os responsáveis pelas áreas responsáveis pelo patrimônio atentem para as legislações em vigor, especialmente a Orientação Normativa GEADE-004/2003 realizando as avaliações dos imóveis a cada 18 meses. Prever treinamentos. Realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. Os servidores foram orientados e iniciaram-se treinamentos.
Item 3.2.2.1 – Recomendação 01- A SFA propõe as seguintes providências: 1) Orientar os servidores do SAD, SEOF e SAG quanto a necessidade de verificação dos documentos contidos nos processos assim como a correspondência entre as fundamentações legais da modalidade licitatória, valores, assinaturas, elementos, sub-elementos, datas, Pis e descrição dos produtos no QLD, Ato de dispensa, Nota de Empenho, Publicação e demais elementos. 2) Implantar “check list” que permita a verificação dos ritos processuais. 3) Prever treinamentos. 4) Realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. Os servidores responsáveis foram orientados, foi implantado um “check list” de verificação, foram pleiteados junto à administração central treinamentos.
Item 3.2.2.1 – Recomendação 02 – A SFA propõe as seguintes providências: 1) Orientar os servidores do SAD, SEOF e SAG quanto a necessidade (obrigatoriedade) do cumprimento dos aspectos legais previstos na Lei 8.666/93 nas diversas modalidades de compras, especialmente na dispensa de licitação. 2) Implantar “check list” que permita a verificação dos ritos processuais. 3) Prever treinamentos. 4) realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. Os servidores responsáveis foram orientados, foi implantado um “check list” de verificação, foram pleiteados junto à administração central treinamentos.
Item 3.2.2.2 – Recomendação 01 – A SFA propõe as seguintes providências: 1) Disponibilizou aos servidores envolvidos nos processos licitatórios, especialmente ao SAD, SAG e Comissão de Licitação a constatação 017 (em questão) com seus comentários e orientou os mesmos quanto a necessidade de conhecimento pleno da Lei 8.666/93, e da IN no. 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG. 2) Prever treinamentos. 3) Realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. 4) A implantação efetiva da Consultoria Jurídica da AGU em Rondônia para assessoramento nos processos licitatórios seria de primordial importância. Os servidores responsáveis foram orientados, foram pleiteados junto à administração central treinamentos.
Item 3.2.2.2 – Recomendação 02 – A SFA propõe as seguintes providências: 1) Disponibilizou aos servidores envolvidos nos processos licitatórios, especialmente ao SAD, SAG e Comissão de Licitação a constatação 017 (em questão) com seus comentários e orientou os mesmos quanto a necessidade de conhecimento pleno da Lei 8.666/93, e da IN no. 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG. 2) Prever treinamentos. 3) Realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. 4) A implantação efetiva da Consultoria Jurídica da AGU em Rondônia para assessoramento nos processos licitatórios seria de primordial importância. Os servidores responsáveis foram orientados, foram pleiteados junto à administração central treinamentos.
Item 3.2.3.2 - Recomendação 01 – A SFA propõe as seguintes providências: 1) Disponibilizou aos servidores envolvidos nos processos licitatórios, especialmente ao SAD, SAG e SEOF a constatação 019 (em questão) com seus comentários e orientou os mesmos quanto a necessidade de conhecimento pleno da Lei 8.666/93 e da Lei 4.320/64, assim como orientou o acompanhamento das publicações realizadas no DOU sobre o mesmo assunto para maiores subsídios em outros órgãos e estados.. 2) Orientou os chefes das áreas técnicas quando da necessidade de utilizarem serviços desta natureza fornecer o maior número de subsídios e informações do serviço e necessidade de contratação. 3) Prever treinamentos dos servidores das áreas afins..4) Realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. 5) A implantação efetiva da Consultoria Jurídica da AGU em Rondônia para assessoramento nos processos licitatórios seria de primordial importância. Os servidores responsáveis foram orientados, foram pleiteados junto à administração central treinamentos.
Item 3.2.3.2 - Recomendação 02 – Inicialmente temos que informar que a SFA-RO desde julho de 2009 (nova gestão pós operação abate) já vem observando o previsto no artigo 60 da Lei 4.320/64, acreditamos que ao analisar-se o processo em questão (processo no. 21046.000426/2010-97) não foi devidamente verificada a informação do gestor quanto ao fato de que a Nota de Empenho 2010/NE900304 emitida em 03/09/2010 gerou a Nota Fiscal 129932 emitida em 14/10/2012 (folha 35 a 46 do referido processo) assim posterior a emissão do empenho, tendo sido a NF 120826 cancelada . Independentemente do não procedimento da recomendação quanto a abster-se a SFA propõe as seguintes providências: 1) Orientar os servidores do SAD, SAG e SEOF quanto a necessidade (obrigatoriedade) do cumprimento dos aspectos legais previstos na Lei 8.666/93 nas diversas modalidades de compras e na Lei 4.320/1964. 2) Implantar “check list” que permita a verificação dos ritos processuais. 3) Prever treinamentos. 4) Realizar intercâmbio de servidores com outras SFAs. Os servidores responsáveis foram orientados, foi implantado um “check list” de verificação, foram pleiteados junto à administração central treinamentos.
Comentários gerais da SFA/RO (relatório de auditoria no. 201109035) – A atual gestão ao assumir a SFA/RO em agosto de 2009 deparou-se com vários problemas de cunho técnico, administrativo, estrutural e ético/disciplinar que inclusive foram motivos de recomendações do órgão de controle e aludida em processo de sindicância instaurado. No exercício de 2010 iniciou-se as correções estruturais (elétrica, hidráulica, lay out das salas, iluminação, climatização, modernização do sistema de informática, etc.). Na área administrativa foram promovidas reorganização do fluxo de trabalho, relocação, capacitação e treinamentos de servidores em cursos e nas outras

unidades da federação. Para viabilizar nossas ações na sede foi necessária a realização de mutirões de trabalho com a participação de servidores que estão localizados nas unidades do interior. Vale destacar o significativo incremento na oferta de eventos externos e internos de qualificação funcional aos servidores da sede e das unidades descentralizadas da SFA, notadamente da área técnica. Todavia, faz-se necessário o estabelecimento de um programa institucional continuada, aumento da abrangência na oferta de treinamentos, sobretudo aos servidores técnicos e administrativos, nas áreas de gestão pública, qualidade no Serviço Público, uso de informática, gerenciamento de contratos e convênios, licitações e pregão eletrônico, dentre outros, sem os quais o trabalho e esforço desta gestão e as orientações emanadas dos órgãos de controle externo se perderam nos próximos anos, a medida que os servidores foram se aposentando, agravando cada vez mais os problemas na gestão da SFA/RO. Deparamo-nos com várias dificuldades que devem ser sanadas o mais breve possível, mas que estão fora do alcance dos Gestores Locais, dentre elas: - necessidade de aprovação de um novo plano de cargos e carreira para atender a área administrativa do MAPA, motivando o servidor para atender a contento a crescente demanda das atividades; - deficiência em desenvolvimento de softwares de controles e geração de bancos de dados e elaboração de relatórios; - fragilidade na área de planejamento e acompanhamento das ações, sendo necessário a contratação de profissionais qualificados em gestão pública ou qualificação em nível de especialização de servidores da área administrativa; - Significativa morosidade nas respostas aos questionamentos feitos pela SFA às diversas áreas do órgão central, impedindo uma ação mais efetiva da Unidade, comprometendo a qualidade de atendimento aos clientes e causando transtornos e prejuízos à administração pública em situações que exigem rápida tomada de decisão; - Um número excessivo de servidores da área administrativa localizados nas unidades do interior, especialmente Ouro Preto do Oeste e Cacoal sem que tenhamos volume de atividades compatíveis com este quantitativo e estando uma grande carência na sede; - Insuficiência do quadro de recursos humanos, falta de perfil e/ou habilitação específica por parte de servidores investidos em cargos de confiança para o exercício de suas funções, que no exercício de 2010 não foi possível corrigir com as necessárias substituições, em virtude de ausência na SFA/RO de servidores com habilitação específica.

Síntese dos resultados obtidos

Os procedimentos adotados levaram a uma otimização do serviço, proporcionando agilidade no trâmite documental e maior facilidade de controle dos processos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como fator positivo podemos destacar que as correções a serem efetuadas eram basicamente de caráter organizacional e de procedimentos não sugerindo má fé ou dolo, desta forma o enfoque dado pela equipe de gestão atual foi a reestruturação de pessoal, organização administrativa, investimento na estrutura física e treinamentos.

A adoção de novos procedimentos trás sempre certa resistência dos servidores, agravadas nesta superintendência pela proximidade do tempo de aposentadoria da maioria dos servidores, pela baixa qualificação técnica e do costume de não documentar/ escrever procedimentos.

O número reduzido de servidores, principalmente agentes administrativos, localizados na sede é outro fator agravante, sobrecarregando alguns, que são obrigados a desenvolver várias atividades diferentes, inclusive impossibilitando que pudessemos realizar um número maior de treinamentos e intercâmbio.

Se não bastasse a falta de servidores, apresentamos um número considerável afastado por licença médica, quer por pequenos períodos (até uma semana) quer por períodos de mais de um ano.

O mecanismo da utilização de estagiários para suprir a deficiência de servidores não surge o efeito desejado, pois as atividades a serem desenvolvidas por estes são limitadas, agravadas pelo pouco tempo de permanência da maioria (devido a grande oferta de emprego na capital).

A ausência de um servidor com conhecimento de contabilidade no SEOF é um dos fatores que mais tem prejudicado nosso desempenho nesta área.

O volume de cumprimento de determinações judiciais é outro fator que demanda um grande tempo dos poucos servidores do SGP.

Os problemas na estrutura física do prédio da sede (deficiente distribuição da energia, ocasionando constantes apagões, vazamento do telhado, sanitários entupidos, ar condicionados velhos e sem manutenção, o sistema de internet e telefônico constantemente em pane, os computadores velhos e a falta de um efetivo técnico de informática) contribuíram significativamente para que pudessemos implantar com maior eficiência, eficácia e rapidez as medidas saneadoras e corretivas.

A necessidade de enviar os processos para análise jurídica na CONJUR/MAPA em Brasília por não termos um Núcleo de Acesso Jurídico devidamente implantado em Porto Velho, dificulta e atrasa os procedimentos.

A desorganização existente nos vários setores administrativos, destacando-se o SEOF,SGP,SAG (arquivo, almoxarifado e patrimônio), principalmente no sistema de arquivos, onde os processos eram somente amontoados, não havendo uma metodologia de separação e catalogação.

Muitos dos processos não eram registrados no SIGID (todos os do SEOF) e na sua maioria eram tramitados simplesmente através de livro de protocolo, dificultando sua localização.

15. 2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Quadro 29

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 2.1.1.1	
	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 2.1.1.2	
	Relatório de Auditoria nº. 201109035	Item 2.1.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO			
Descrição da Recomendação:			
Item 2.1.1.1 - Objetivando o cumprimento do artigo 38 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, as orientações estabelecidas na Portaria /SLTI/MPOG N° 05, DE 19 DEZEMBRO DE 2002, alterada pela Portaria/SLTI/MPOG N° 12/2009, estabelecer procedimentos de controle/conferência que permitam a verificação, constante ou em determinados estágios do processo, de sua adequada instrução e formalização, tais como, utilização de check list, retorno periódico do processo á área de protocolo para procedimentos pertinentes, bem como, outros que julgar necessário. Item 2.1.1.2 - Á Unidade, que verifique e controle a data de vencimento das faturas/notas fiscais dos serviços prestados, evitando efetuar pagamentos com atraso e os conseqüentes encargos moratórios. Item 2.1.1.3 - Á Entidade, que, nos próximos certames, controle a data de entrega dos bens adquiridos, utilizando os meios previstos no Edital licitatório, referentes ás possíveis sanções administrativas, como é o caso da penalização á empresa, em caso de atrasos injustificados ou até mesmo a rescisão contratual. Item 4.1.1.2 - Abster-se de inscrever em restos a pagar despesas que poderiam ser liquidadas dentro do próprio exercício, em cumprimento ao artigo 35 do Decreto 93.872/1986 e artigo 63 da Lei 4.320/64.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GAB e SPA e SAD /SFA/RO			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Todos os 04(quatro) itens elencados foram parcialmente implantados, necessitando de aperfeiçoamento, através de mais treinamentos, intercambio com outras unidades, numero maior de servidores, liberação de recursos do órgão central antes do fim do exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os mesmos fatores que foram descritos no quadro anterior são aplicados neste, ou seja: A adoção de novos procedimentos trás sempre certa resistência dos servidores, agravadas nesta superintendência pela proximidade do tempo de aposentadoria da maioria dos servidores, pela baixa qualificação técnica e do costume de não documentar/ escrever procedimentos. O numero reduzido de servidores, principalmente agentes administrativos, localizados na sede é outro fator agravante, sobrecarregando alguns, que são obrigados a desenvolver varias atividades diferentes, inclusive impossibilitando que pudéssemos realizar um numero maior de treinamentos e intercambio. Se não bastasse a falta de servidores, apresentamos um numero considerável afastado por licença medica, quer por pequenos períodos (até uma semana) quer por períodos de mais de um ano. O mecanismo da utilização de estagiários para suprir a deficiência de servidores não surge o efeito desejado, pois as atividades a serem desenvolvidas por estes são limitadas, agravadas pelo pouco tempo de permanência da maioria (devido a grande oferta de emprego na capital). A ausência de um servidor com conhecimento de contabilidade no SEOF é um dos fatores que mais tem prejudicado nosso desempenho nesta área. O volume de cumprimento de determinações judiciais, é outro fator que demanda um grande tempo dos poucos servidores do SGP.			

Os problemas na estrutura física do prédio da sede (deficiente distribuição da energia, ocasionando constantes apagões, vazamento do telhado, sanitários entupidos, ar condicionados velhos e sem manutenção, o sistema de internet e telefônico constantemente em pane, os computadores velhos e a falta de um efetivo técnico de informática) contribuíram significativamente para que pudéssemos implantar com maior eficiência, eficácia e rapidez as medidas saneadoras e corretivas.

A necessidade de enviar os processos para análise jurídica na CONJUR/MAPA em Brasília por não termos um Núcleo de Acessória Jurídica devidamente implantado em Porto Velho, dificulta e atrasa os procedimentos.

A desorganização existente nos vários setores administrativos, destacando-se o SEOF,SGP,SAG (arquivo, almoxarifado e patrimônio), principalmente no sistema de arquivos, onde os processos eram somente amontoados, não havendo uma metodologia de separação e catalogação.

Muitos dos processos não eram registrados no SIGID (todos os do SEOF) e na sua maioria eram tramitados simplesmente através de livro de protocolo, dificultando sua localização.

16 - QUADRO 30 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Domicio Campos Oliveira, CPF nº 030.584.332 - 04, Chefe do SePA/SFA-RO, exercido na Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho, 30 de março de 2012.

Domicio Campos Oliveira

030.584.332 - 04

SePA/SFA/RO

SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23	1	23
	Entregaram a DBR	23	1	23
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SGP/SAD/SFA-RO

18 - GESTÃO OPERACIONAL

18.1 - Desempenho Operacional da SFA/RO

Em 2011, as ações desenvolvidas pela SFA/RO no âmbito dos serviços da área finalística: DPDAG e DDA são as divisões técnicas que corresponderam a 07 Programas finalísticos existindo ainda 01 programa administrativo, totalizando 08 programas e 21 PI's do PPA 2008 – 2011.

Os programas e ações operacionalizados nesta SFA/RO, no exercício de 2011, no que se refere a cada serviço, estão assim distribuídos: DPDAG: 03 programas, 08 ações (PI's); SISA: 02 programas, 09 ações (PI's); SEFAG: 01 programa, 06 ações e DDA 01 programa, 02 ações (PI's).

Com relação às metas programadas e realizadas, no cômputo geral dos serviços citados acima, alcançaram eficácia na execução de seus PI's, respectivamente, com o percentual superior ou igual a 100%, como segue: SISA: as 09 ações atingiram percentual satisfatório, SEFAG: das 06 ações trabalhadas, 04 atingiram esse resultado e DDA as 02 ações trabalhadas atingiram esse percentual.

No que se refere à área técnica, constata-se que os indicadores de eficácia apresentaram resultados positivos em 90,91% das 21 (onze) ações analisadas. Com relação aos indicadores de eficiência não foi possível fazer a avaliação de tendência com os anos anteriores, haja vista que houve mudanças significativas na composição do PPA 2008-2011, principalmente no que se refere à criação, exclusão e junção de algumas ações. Além de que a DN/TCU nº 93, de 03/12/2008 e a NE/CGU nº 3, 19/12/2008 determinam incluir na composição dos indicadores de desempenho o método de aferição das informações e, como dispomos de apenas dois (02) bancos de dados oficiais - SIPLAN e SIAFI – mudamos a metodologia de cálculo. A partir de 2012 teremos como avaliar esse indicador. Convém salientar que o critério adotado para selecionar os PI's dos serviços para o cálculo dos indicadores de desempenho foi levado em consideração o PI

que com relação o objetivo do programa permitisse aferir a magnitude do produto a ser gerado pela ação.

Com relação à área administrativa, não constam no PPA 2008-2011 os indicadores de desempenho, baseados nos resultados (produtos) das atividades desenvolvidas pelas diversas seções e setores desta área, durante o exercício de 2011. Os indicadores e os produtos que foram padronizados nas SFA's, durante as reuniões regionais e nacionais das Seções de Planejamento e Acompanhamento – SPA's. Mensalmente, a partir de abril, retroativo a janeiro, os serviços, seções e setores da área administrativa e alguns da área técnica registram na tabela – Produto do Plano Operativo do PI MANUT, os produtos executados, inerentes a sua unidade de trabalho e encaminharão, via e-mail, a SPA para tabulação e análise. O método de aferição é a tabela de Produtos do Plano Operativo do PI MANUT/SFA/RO, monitorada pela SePA

19 - Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como relevantes para à avaliação da conformidade e do Desempenho da gestão

No exercício de 2011 iniciou – se as correções estruturais, foi contratada a reforma completa da rede elétrica, da rede hidráulica, da rede de informática, da climatização completa da SFA e a readequação dos espaços físicos com reparos de paredes, telhados e pintura.

Para complementar a reforma da sede foi contrata empresa que elaborou projeto arquitetônico para a adequação da garagem, dos almoxarifados, dos muros de limitação, do refeitório, dos sanitários de deficiente e da guarita possibilitando levantamento orçamentário para possível execução no exercício de 2012.

A frota de veículos da unidade foi renovada em 30% possibilitando a diminuição dos custos de manutenção e maior segurança no deslocamento dos servidores, sendo que no exercício de 2011 deveria ser realizado o desfazimento dos veículos inservíveis.

Os equipamentos de informática e condicionadores de ar foram substituídos em aproximadamente 60%, também possibilitando economicidade e qualidade no serviço oferecido a população.

Na área administrativa foram promovidas reorganização de fluxo de trabalho, relocação, capacitação e treinamentos de servidores em cursos e nas outras unidades da federação.

Para viabilizar nossas ações na sede foram necessário a realização de mutirões de trabalho com a participação de servidores que estão localizados nas unidades do interior.

Vale destacar o significativo incremento na oferta de eventos externos e internos de qualificação funcional aos servidores da sede e das unidades descentralizadas da SFA, notadamente da área técnica. Todavia , faz-se necessário o estabelecimento de um programa institucional de qualificação continuada , aumento da abrangência na oferta de treinamentos, sobretudo aos servidores técnicos e administrativos, nas áreas de gestão pública , qualidade no Serviço Público, uso de informática, gerenciamento de contratos e convênios , licitações e pregão eletrônico, dentre outros.

Deparamos-nos com varias dificuldades que devem ser sanadas o mais breve possível dentre elas:

- Necessidade de aprovação de um novo plano de cargos e carreira para atender a área administrativa do MAPA, motivando o servidor para atender a contento a crescente demanda das atividades;
- Deficiência em desenvolvimento de softwares de controles e geração de bancos de dados e elaboração de relatórios;
- Fragilidade na área de planejamento e acompanhamento das ações, sendo necessário à contratação de profissionais qualificados em gestão pública, ou qualificação em nível de especialização, de servidores da área administrativa;
- Significativa morosidade nas respostas aos questionamentos feitos pela SFA às diversas áreas do órgão central, impedindo uma ação mais efetiva da Unidade, comprometendo a qualidade de atendimento aos clientes e causando transtornos e prejuízos à administração pública em situações que exigem a rápida tomada de decisão.

- Um numero expressivo de servidores da área administrativa localizados nas unidades do interior, especialmente Ouro Preto do Oeste e Cacoal sem que tenhamos volume de atividades compatíveis com este quantitativo, e estando com uma grande carência na sede;
- Finalmente, há que se salientar como agravante à insuficiência do quadro de recursos humanos, a falta de perfil e/ou habilitação específica por parte de servidores investidos em cargos de confiança para o exercício de suas funções, que, no exercício de 2010 não foi possível corrigir com as necessárias substituições, em virtude da ausência na SFA/RO de servidores com habilitação específica.

20 - PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA

O Plano Estratégico visa apresentar de forma sintética, a **missão**, a **visão**, os valores organizacionais e estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA no horizonte de 2006 a 2015 e seus principais componentes, atualizado com dados no ano de 2009. Composto de um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e pelos Indicadores de Desempenhos e Metas associadas aos Objetivos Estratégicos.

A Consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de Iniciativas Estratégicas (Projetos Estruturantes), que não substituem as atividades rotineiras, mas que garantem ao MAPA avançar em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos e se transforme numa organização mais ágil e com melhor qualidade dos produtos e serviços providos à sociedade brasileira.

No ano de 2011, a Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia, iniciou um trabalho interno de esclarecimentos/sessão de treinamentos a todos os servidores sobre o Plano Estratégico, mostrando assim os *Desafios* que cada Servidor deverá seguir, definindo metas claras para cada área do MAPA.

Estes desafios estão divididos em 04 (quatro) etapas, são elas:

21 - PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS E PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE

Estão relacionadas aos processos internos, de pessoas, aprendizagem e crescimento, onde cada servidor realiza os objetivos e cumpre metas através de:

1. **Foco:** como o trabalho de cada servidor contribui para os resultados do Plano Estratégico;
2. **Ação:** relata a execução, o desempenho e a participação de cada servidor dentro do MAPA;
3. **Transformação:** transformar os objetivos e metas em resultados;
4. **Desafios:** identificar os desafios, expandir a competitividade dentro do MAPA,
5. **Futuro:** buscas de oportunidades dentro do MAPA e para o Agronegócio,
6. **Força:** manter o processo de continuidade das ações, fortalecendo cada vez mais a institucionalização do Plano Estratégico do MAPA,
7. **Gestão:** Conseguir transformar todos os trabalhos em resultados de excelência
8. **Sociedade:** Este é o maior desafio, não somente da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, mas também do MAPA, em atender as necessidade da população em geral, garantindo o acesso a alimentos seguros e saudáveis, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária, ... , enfim promover o desenvolvimento dos nossos compromissos com a sociedade.
9. **Agronegócio e Parceiros:** Alcançar a excelência na produção de informações estratégicas que fortaleçam o Agronegócio, aumentando a credibilidade do MAPA,
10. **Processos Internos:** Processos de trabalhos eficientes e eficazes para vencer nossos desafios; pois eles são a base estratégica da gestão do MAPA,
11. **Pessoas, Aprendizado e Conhecimento:** O desenvolvimento de competências, talentos fortalecem uma cultura de resultados (pessoas motivadas, boa comunicação e atuação), superando os desafios,
12. **Compromisso:** A conquista do Plano Estratégico do MAPA depende do compromisso de cada servidor, atuando, compartilhando todo o conhecimento a favor do desenvolvimento sustentável e do aumento da competitividade do agronegócio.

O desafio é consolidar o processo de Gestão Estratégica do MAPA, buscando resultados através do compromisso de cada servidor e gestores; para que a Missão e Visão sejam cumpridas de acordo com cada proposta.

Objetivo Geral:

Medir a Produção e, sobretudo:

- a produtividade dos servidores da SFA-RO,
- fornecer aos gestores informações que permitam o gerenciamento das atividades dos servidores,
- Possibilitar aos gestores o acesso por meio eletrônico a arquivos de dados mensais ou acumulados, específicos ou consolidados das atividades dos servidores da SFA-RO
- Disponibilizar informações gerenciais, quantitativas e qualitativas, para comporem relatório de gestão anual da SFA-RO,
- **Desenvolver ações planejadas para atender as perspectivas delineadas no PLANO**

ESTRATÉGICO DO MAPA,

Objetivo Específico:

- Acompanhar a execução física e financeira das atividades programadas mensalmente e anualmente para os servidores,
- Acompanhar a execução física e financeira das atividades programadas mensalmente e acumuladas anualmente para todos os “P.I.” (Plano interno) e “SERVIÇOS” da SFA-RO,
- Sistematizar os formulários utilizados no planejamento e nas realizações por todos os serviços e padronizá-los de forma que permitam a divulgação do conjunto de informações.
- Atender outras demandas sobre atividades da SFA-RO.

22 - Declaração do Contador – Com Ressalva

Quadro 32

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/RO		130083	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) – SALDO CONTABIL DO ALMOX..NAO CONFERE C/RMA b) – SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB c) – SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN. d) – ERRO NA CLASSIFICACAO DA DESPESA Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO